ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-6-2017.

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 188/17 (Processo nº 1455/17), de autoria de Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 920, 921 e 922/17, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Executivo nºs 041, 019 e 020/16 (Processos nºs 2763, 1834 e 1866/16, respectivamente); nºs 952, 953, 954 e 955/17, encaminhando Veto Total aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 246/15, 015 e 001/17 e 288/16 (Processos nºs 2613/15, 0310 e 0005/17 e 2821/16, respectivamente); e nº 958/17, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/17 (Processo nº 1740/17). Ainda, foi apregoadado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 115/17 (Processo nº 1471/17). Também, foi apregoadada a Emenda nº 01, assinada por Cláudio Janta, ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/17 (Processo nº 1308/17). Ainda, foi apregoadado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 115/17 (Processo nº 1471/17). Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Estevão Finger da Costa, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros no Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do Projeto de Lei do Executivo nº 004/17. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna, André Carús, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do tema tratado durante a Tribuna Popular. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Estevão Finger da Costa. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e sete minutos às quatorze horas e trinta e oito minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, e foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso do sexagésimo aniversário do Monumento do Expedicionário, nos termos do Requerimento nº 128/17 (Processo nº 1630/17), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; Antônio Cezar Esteves Mariotti,

representando o Comando Militar do Sul; Cláudio Pereira, representando a Capitania dos Portos de Porto Alegre; Jorge Krieger de Mello; e Cléber Nascimento Dias, Diretor Executivo do Jornal Correio do Povo. Também, foram registradas as presenças de Nestor Antônio dos Santos, de Oudinot Willadino e de Marcelo Cantagalo. Após, foi ouvido o Hino Nacional, executado pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência de Daniel Sábio Meireles. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, Adeli Sell, Felipe Camozzato, este em tempo cedido por André Carús, Cassiá Carpes e Professor Wambert, este em tempo cedido por Cassio Trogildo. Após, o Presidente convidou Mônica Leal a proceder à entrega, aos integrantes da Mesa, de Diplomas alusivos à presente solenidade, concedendo a palavra a Jorge Krieger de Mello e a Antônio Cezar Esteves Mariotti, que se pronunciaram a respeito. A seguir, foram ouvidos o Hino Rio-Grandense e a Canção do Expedicionário, executados pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência de Daniel Sábio Meireles. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e dois minutos às quinze horas e trinta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, em tempo cedido por Fernanda Melchionna, e João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Professor Wambert, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Comandante Nádia e Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/11 (Processo nº 3827/11), por trinta e um votos SIM e uma ABSTENÇÃO, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon e optado pela Abstenção Felipe Camozzato. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/15 (Processo nº 1711/15), por vinte e oito votos SIM, quatro votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, considerando-se rejeitado o Veto Total oposto, após ser discutido por Marcelo Sgarbossa e encaminhado à votação por Cláudio Janta e Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni, votado Não Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela

Abstenção Sofia Cavedon. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 119 e 133/17 (Processos nºs 1528 e 1724/17, respectivamente). Após, foi aprovada a recondução, do dia vinte de fevereiro do corrente ao dia trinta e um de março de dois mil e dezenove, do servidor Francisco Carlos de Oliveira Soares no mandato de Corregedor-Geral da Guarda Municipal, comunicada por meio do Ofício nº 640/17, do Prefeito (Processo nº 1225/17), após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna e Adeli Sell. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/17 (Processo nº 1307/17), por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 005/17 (Processo nº 1308/17), após ser discutido por André Carús, Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Airto Ferronato, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol e Mauro Zacher. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mônica Leal, Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Matheus Ayres, ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/17. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 005/17, por vinte e oito votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Fernanda Melchionna, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e votado Não Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Valter Nagelstein e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Enfermeiros do Estado Rio Grande do Sul – SERGS, que tratará de assunto relativo ao PL nº 04/17. O Sr. Estevão Finger da Costa, Presidente do SERGS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ESTEVÃO FINGER DA COSTA: Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, e, ao cumprimentá-lo, cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras aqui presentes. O Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul agradece este espaço disponibilizado pela Tribuna Popular, e somos o sindicato de base estadual na qual representamos cerca de 22 mil enfermeiros e enfermeiras no Estado do Rio Grande do Sul. Estamos em parceria também com o Sindisaúde, Sindicâmara, Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Arquitetos, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, Sindicato dos Jornalistas, Astec, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre outras entidades. Estamos vivendo um retrocesso total em relação à saúde no nosso País. O congelamento dos investimentos por 20 anos trará um estado de impossibilidade de atendimento até mesmo às necessidades mínimas de nossa população. Essa foi mais uma demonstração do descaso do Governo com a população.

Na mesma esteira de descaso, temos as atitudes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que não faz o repasse adequado para que os hospitais que atendem a nossa população sigam atuando, causando o fechamento de leitos no Estado e o sucateamento do atendimento em saúde. Em Porto Alegre, evidentemente, a situação tem se agravado diariamente. A Prefeitura abre por mais tempo alguns postos de saúde, mas o atendimento prestado não tem a eficiência, que é o objetivo do serviço. Para além disso, compromete a segurança dos usuários e trabalhadores, porque essa abertura não tem o necessário planejamento quanto às questões de segurança inerentes. Temos dois exemplos no momento, que é a Unidade Básica de Saúde São Carlos e a Unidade de Saúde Modelo. O Hospital de Pronto Socorro, por sua vez, em obras há décadas, segue sem condições adequadas do ponto de vista estrutural; mas o que ainda é pior: necessita de mais trabalhadores, posto que cerca de 200 trabalhadores – 200 trabalhadores! – do HPS estão aguardando aposentadoria e não estão sendo substituídos pelo Gestor Municipal, que segue inerte diante desse problema imenso. Não bastasse isso, a falta de medicamentos, a falta de recursos humanos, a falta de política e a falta de vontade política de fazer com que a saúde de Porto Alegre melhore. Pretensão de privatização do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, com a entrega desse importante serviço à iniciativa privada. Mas além de nada fazer o Governo Municipal para melhorar a saúde de nossa população, a Prefeitura de Porto Alegre pretende trazer ainda mais dissabor aos trabalhadores e às trabalhadoras do Município, reduzindo seus ganhos na medida em que pretende reduzir o seu percentual de repasse ao Previmpa, impingir aos

trabalhadores esse custo. Ou seja, não valoriza as trabalhadoras e os trabalhadores e pretende lhes reduzir ganhos – essa é a política que o Governo municipal pratica, como se o trabalhador fosse um problema para a gestão e não o principal recurso de que a gestão dispõe para a consecução de sua finalidade. Por isso, o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul usa a tribuna neste dia para combater o retrocesso de direitos, observado por nós nos Governos Federal, Estadual e Municipal. E também combater a redução de ganho dos trabalhadores e lutar por condições adequadas para o trabalho e um atendimento digno para a população. Esperamos que as Vereadoras e os Vereadores desta Cidade não sejam traidores da população que os alçaram à vereança e estejam conosco nestas lutas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Sr. Estevão Finger da Costa a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Estevão Finger da Costa, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio Grande do Sul - nos conhecemos desde o tempo do movimento estudantil, já tivemos muitas oportunidades e muitas lutas em comum. Também o cumprimento pelo comprometimento do Sindicato com as boas causas necessárias à Cidade: saúde pública e defesa dos hospitais públicos, como é o caso do Hospital Presidente Vargas, que hoje opera com cinco vezes a sua capacidade, um hospital que está sendo sucateado e, ao mesmo tempo, ameaçado com o discurso privatista do Governo Marchezan. Então, estamos juntos nesta luta em defesa do hospital público, em defesa dos trabalhadores, as vagas que faltam para enfermeiros, para técnicos, para os mais variados profissionais da saúde, no Pronto Socorro, no HPV, nas Unidades Básicas, em função do não chamamento dos concursados e, ao mesmo tempo, dessa questão da insalubridade que tem penalizado os trabalhadores. A gente sabe que todo mundo que trabalha na saúde é óbvio que está exposto ao grau máximo, mas infelizmente os governos passados e o atual fazem de tudo para reduzir o valor da insalubridade. Ao mesmo tempo, o cumprimento para essa luta em nome da nossa Bancada, em meu nome e dos Vereadores Alex Fraga, Roberto Robaina. Estamos comprometidos com a luta para derrubar o PLCE nº 04/17, que, na nossa opinião, é um confisco de salário na prática para fazer caixa com o salário dos municipais, tentando repassar aos trabalhadores uma dívida que é dos Governos, portanto, do Executivo Municipal com a Previdência Municipal antes de 2001, antes do regime de repartição simples. Acho que é hora da Câmara repetir o que fez no caso da antecipação do IPTU. E na semana passada, com a concretude da rejeição do projeto que tirava a reposição da inflação, o Governo foi obrigado a retirar o projeto. Nós esperamos que a audiência pública de hoje esteja lotada, mas, mais do que isso, que a maioria dos Vereadores e das Vereadoras derrubem

esse ataque frontal à categoria e estejam junto com vocês defendendo os servidores públicos e o serviço público municipal. Contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Sr. Estevão, que representa o Sindicato dos Enfermeiros; como Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, venho aqui manifestar a minha concordância com os muitos temas trazidos na sua fala que são pertinentes. E, hoje, pelas atividades que vêm sendo desenvolvidas pela Comissão e pelas visitas que temos realizado aos diversos locais de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, nos dedicamos a dois problemas fundamentais que carecem de soluções urgentes: a falta de recursos humanos e também a segurança em alguns postos. Prova disso é que, na próxima terça-feira da outra semana, dia 27, a pauta da reunião ordinária da COSMAM será a segurança nas unidades de saúde em Porto Alegre, principalmente naquelas que estão situadas em regiões mais vulneráveis e conflagradas também pela criminalidade. Essa não é uma responsabilidade que deve ser transferida somente para o Governo do Estado: o Poder Público Municipal deve cumprir com seu papel, e a Guarda Municipal, em vez de ficar fazendo *blitz*, junto com o Detran, nas vias, deve cuidar daquilo que é a sua prerrogativa por lei, que são os Próprios Municipais, e cuidar daquelas pessoas, não somente os servidores, mas os pacientes que buscam atendimento e que possam estar seguros disso.

Com relação à falta de recursos humanos, tanto o HPS, como o Hospital Presidente Vargas, que são hospitais cujas gestões são da Prefeitura, realmente operam abaixo de sua capacidade, porque faltam servidores. Tivemos aqui a aprovação recente de uma contratação emergencial para a operação inverno, e um compromisso do Governo Municipal de que os concursados, técnicos em enfermagem e também enfermeiros, com nível superior, seriam chamados o mais rápido possível. É disso que precisamos para que as UTIs, por exemplo, a pediátrica e a emergência novamente fechadas hoje no Hospital Presidente Vargas, não sofram mais desse problema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente e o nosso visitante do dia de hoje, Estevão, representando aqui o Sindicato dos Enfermeiros. Quero dizer que nós, da Bancada do PT e do PSOL, não queremos só apoiar a iniciativa de vocês, mas dizer que, lamentavelmente, o Governo Federal, de fato, fez isso que V.Sa. acabou

de falar: o congelamento dos recursos da saúde e da educação. Isso, com certeza, com o tempo, nós vamos verificar o quanto as políticas nessas duas áreas vão ficar precarizadas. Por outro lado, nós já estamos vendo exatamente o outro tema que tu trazes com relação à reposição dos servidores na rede pública em Porto Alegre, desde as entidades públicas, como o HPS, o HPV, como também toda a rede de assistência, seja nas unidades de saúde, na Estratégia de Saúde da Família, o que percebemos claramente, através das visitas que fizemos pela COSMAM, como também nas audiências que tivemos na Câmara com a vinda do Secretário aqui. De fato, nós queremos, também fizemos o papel aqui de pressão e de tentativa de diálogo para reposição dos servidores. E, mais do que isso, ampliação do número de serviços para que a rede pública seja bem estruturada e a população bem assistida. Aprovamos na semana passada, por exemplo, a Operação Inverno, que é de extrema importância. E o Secretário garantiu aqui a chamada de 241 servidores, algo em torno de 50 enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e auxiliares de farmácia. Nesse sentido é importante que vocês estejam aqui dialogando conosco, e, se necessário, a COSMAM está à disposição dos senhores para fazer um debate mais próximo de diálogo com o Governo e, de preferência, trazer esses dados importantes, que vocês percebem estando lá na ponta, e que, para nós, é importante para podermos fazer o nosso papel de fiscalização do serviço público da nossa Cidade. Parabéns pela vinda aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu também quero cumprimentar o Sr. Estevão Finger da Costa, que aqui vem pelo Sindicato dos Enfermeiros, mas que representa a luta do Fórum em Defesa do Serviço Público nesta Cidade. Nós estamos vivendo um tempo muito duro, num modelo de Estado mínimo, que nós sabemos para quem sobra, é para ausência, sim, de políticas públicas, o exemplo que dá nos tetos, nas políticas públicas, o teto constitucional. Quer dizer que alterar a Constituição para proibir Municípios, Estados de atuar na área do serviço social é uma renúncia ao Estado de Direito, ao governo para a democracia, para a redistribuição e para os direitos das pessoas.

Então, eu quero falar – concordar, o Ver. Oliboni falou com mais ênfase na saúde – quero falar sobre o tema do funcionalismo, do servidor e da servidora, dos homens e mulheres, porque há uma determinação do Prefeito Marchezan de não nomear mais funcionários municipais. Nós estamos convivendo, Presidente Cassio, com a falta de quatro mil horas nas escolas municipais. Não há como substituí-las de outro jeito, a não ser superexplorando o servidor. E assim tu trazes dados da saúde, e sei de várias áreas aqui – a COSMAM está muito presente, está percebendo isso. Nós, com isso, temos adoecimento, assédios, pressão, aposentadorias. Hoje de manhã, o Secretário Adriano dizia que, até o mês de maio, houve mais aposentadorias que o ano passado

inteiro – na educação. Eu imagino como os demais funcionários estão se sentindo assediados por ameaças de parcelamento, por ameaça de maior desconto no Previmpa, e ainda com a situação de estresse no atendimento até as 22h, como esses dois, sem a estrutura adequada.

Então, Estevão e colegas da luta pelo funcionalismo, nós temos afirmado que o maior investimento que um município pode fazer é no ser humano, no trabalhador que vai desenvolver a política, motivado com plano de carreira, com valorização, com bom espaço de trabalho, ele, sim, responde aos munícipes o que eles esperam do gestor. Parabéns pela luta e contem com a Bancada do PT, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni e com esta Vereadora.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Estevão Finger da Costa está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ESTEVÃO FINGER DA COSTA: Mais uma vez agradeço em nome do Sindicato dos Enfermeiros do RS e também de todos os sindicatos parceiros de luta que citei anteriormente neste espaço. Quero finalizar dizendo que esperamos que todos os Vereadores desta Casa, de fato, defendam a classe trabalhadora, defendam o Sistema Único de Saúde, a educação, a segurança, e lutem ao lado do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Estevão Finger da Costa, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do RS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h37min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h38min): Estão reabertos os trabalhos.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 60 anos de inauguração do Monumento do Expedicionário, nos termos do Requerimento nº 128/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Tenente Coronel Antônio Cezar Esteves Mariotti, representando o Comando Militar do Sul; o Capitão de Corveta Cláudio Pereira, representando a Capitânia dos Portos de Porto Alegre; o Dr. Jorge Krieger de Mello, Presidente da Força Expedicionária Brasileira – FEB; o Sr. Cléber Nascimento Dias, Diretor Executivo do jornal Correio do Povo. Prestigiam esta homenagem o Sr. Nestor Antônio dos Santos e o Sr. Oudinot Willadino, ex-pracinhas, e o Coronel Marcelo Cantagalo, Assessor Parlamentar do Comando Militar do Sul.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional executado pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência do Capitão Daniel Sábio Meireles.

(Ouve-se o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sinto-me sempre muito honrada em poder exaltar, como Vereadora de Porto Alegre, as iniciativas, datas comemorativas e os símbolos militares. Como filha orgulhosa de militar, a minha ligação é estreita e afetiva com toda a família verde-oliva. Isso me faz ser grata e reverenciar suas instituições e sua história. Lembramos hoje os 60 anos da inauguração do Monumento Expedicionário, que se localiza no Parque Farroupilha ou Parque da Redenção, que é uma grande e importante referência da Capital do Rio Grande do Sul. O Monumento ao Expedicionário é um marco histórico que carrega consigo uma grande história que começa em 1945, quando o jornal Correio do Povo lançou a ideia da construção de um arco triunfal para homenagear os combatentes da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, sobretudo, os oficiais e soldados gaúchos que estiveram na 2ª Guerra Mundial. Iniciou junto à sociedade e ao Poder Público uma forte mobilização em torno da campanha pró-monumento ao Expedicionário, ou seja, o monumento não existiria se não fosse o jornal Correio do Povo a concretizar a primeira homenagem inaugurada no Brasil aos nossos vitoriosos pracinhas e também não existiria se não fosse a bravura desses milhares de homens que integraram a tropa brasileira que enfrentou na Europa, além dos inimigos, um inverno rigoroso de até 20 graus negativos, as dificuldades que iam surgindo nos campos de batalha, onde doaram a sua coragem e muitas vezes a sua própria vida. Entre as principais conquistas estão a Batalha de Monte Castelo e a tomada de Montese. O espírito de humanidade que os nossos soldados tiveram na Itália durante o conflito mundial, consagrou-se pelo reconhecimento dos países aliados. Para nós, um episódio

inesquecível na história brasileira que o Monumento ao Expedicionário perpetua e passa às novas gerações. O Correio do Povo publicou, então, um edital para realização de concurso público e nele se inscreveram projetistas de renome, selecionados por uma comissão julgadora igualmente renomada. O concurso foi grandioso em sua divulgação e alcance, bem como, ao final, em levantar uma polêmica em torno da proposta vencedora. O autor do projeto Altar da Pátria quebrou paradigmas, apresentando um arco do triunfo simétrico, de dois portais, quando o padrão era de apenas um. Estamos falando de Antônio Caringi, pelotense, nascido em 1905, considerado o maior escultor de obras épicas do Rio Grande do Sul. Apenas para ilustrar, cito outras três obras dele, o Monumento Bento Gonçalves, a Estátua do Laçador, ambas aqui em Porto Alegre, e o Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul. O local escolhido, o largo em frente ao Colégio Militar, no corredor central e principal do Parque Farroupilha. A tão esperada inauguração da construção finalizada ocorreu em 16 de junho de 1957. Desde lá, o imponente gigante de granito e bronze, que mede 12 metros e meio de altura e traz significativas inscrições, placas, relevos e figuras que abrigam a Pira da Pátria, é a nossa mais sólida testemunha de um sem-números de cerimônias cívicas e militares, exposições, atos e manifestações populares, políticas, artísticas, assistenciais, esportivas e do público jovem. Uma referência da vida de Porto Alegre e dos porto-alegrenses. Em torno do Expedicionário, encontros são marcados, amigos se reúnem, o chimarrão é tomado, as crianças brincam, mas ele é também alvo de pichações, depredações e furtos. Essa é a parte que nos entristece. Nossa Cidade tem um alto índice de monumentos vandalizados, o vandalismo nos tira conhecimento, nos tira a memória e desrespeita a nossa história. Na minha gestão como Secretária da Cultura do Estado, o incentivo a projetos de preservação do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Sul teve prioridade. Como Vereadora, me dedico desde o meu primeiro mandato, a buscar medidas que coíbam a prática nociva da pichação, como a sugestão à Prefeitura do Disque-Pichação, indicações ao Governo Municipal como o ensino da valorização do patrimônio e o aprendizado da diferença entre grafite e pichação desde a Educação Infantil, e projetos de lei como o que foi aprovado aqui neste plenário na última quarta-feira, que aumenta o valor da multa para os pichadores. Creio que Porto Alegre precisa ser muito mais cuidadosa com seus bens públicos e projetar uma maior conscientização sobre cidadania, pertencimento, princípios e valores nas nossas crianças e jovens, para que tenhamos um futuro mais preservado. Com grande admiração e todo meu respeito, agradeço à receptividade da comunidade militar aqui presente e, como jornalista, fico igualmente orgulhosa dos veículos de comunicação, quando eu posso, em especial, destacar o Jornal Correio do Povo, esse jornal mais do que centenário, referencial para o povo gaúcho que faz parte do Grupo Record e que muito tem nos ajudado. Obrigado a todos pela participação e, mais uma vez, eu registro aqui a honra que tenho de poder homenagear o nosso monumento, o Monumento ao Expedicionário, nos seus 60 anos, e agradeço muito à família verde-oliva, também ao jornal Correio do Povo e a esta Câmara.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, um Monumento, não um qualquer monumento. O Monumento ao Expedicionário, um marco lá da Redenção, do Parque Farroupilha. Não é fortuito que nós estejamos hoje aqui apenas porque o Monumento fez, dia 16, 60 anos. Esta obra maravilhosa de Caringi, pelotense, gaúcho, que deixou marcas impressionantes na monumentária de nossa Cidade, como foi dito anteriormente. Até porque também concorreu com outras figuras importantes, como Vasco Prado e Fernando Corona. Aqui é o nosso Arco do Triunfo. Aqui fica marcada para a história, para o sempre, esse Monumento. E falo mais, não apenas pelo Monumento ao Expedicionário, Ver. A Mônica, falo pelos monumentos da nossa Cidade. E aqui quero fazer uma referência às antigas campanhas que se faziam na nossa Cidade, Cleber, pelo Correio do Povo, como também por órgãos de imprensa, mas o Correio do Povo puxou várias campanhas, inclusive, com busca de fundos necessários na sociedade civil, ou junto ao Governo ou aos governos, para que nós tivéssemos obras atividades e efemérides na Cidade. Que isso continue, que os nossos órgãos de imprensa puxem esse tipo de campanha, para deixar marcado na Cidade, com monumentos, com atividades, com efemérides, questões que têm que ser marcadas e não podem ser esquecidas. Porque hoje, inclusive, se nós formos fazer uma análise da monumentária de Porto Alegre, como existe um livro do Professor José Francisco Alves que mostra o desdém, o descaso, o desleixo com a nossa monumentária, não só apenas por causa das pichações, da sujeira, mas também pelos roubos que foram feitos e que hoje não se sabe, muitas vezes, onde está uma parte de um monumento importante da nossa Cidade. Este monumento, como eu já disse anteriormente, graças à obra do Caringi, está aí para todos nós. Deve ser preservado, como eu vejo com felicidade agora também, gostaria que fosse divulgado e que os órgãos de imprensa e a mídia colocassem mais em evidência, agora, a recuperação do monumento a Júlio de Castilhos na Praça da Matriz em Porto Alegre. Também não é qualquer monumento, é um monumento fundamental da nossa história. Aqui, dias atrás, eu pude fazer um Grande Expediente, onde eu falava inclusive da nossa história, onde eu pontuava, onde eu discutia a diferença entra a política de Júlio de Castilhos de um lado, a quem eu critiquei dura e veemente, e do Assis Brasil que, na minha opinião, era a vertente que nós deveríamos ter seguido com mais vigor. Não seríamos um Estado tão atrasado, tão autoritário como nós somos hoje. Mas lá está o monumento a Julio de Castilhos, que não negaremos jamais, porque faz parte da nossa história, como é o Monumento ao Expedicionário no Parque da Redenção. Que se preserve, não apenas hoje aqui, marcando indelevelmente nos Anais da Câmara Municipal a lembrança, o orgulho que nós temos da nossa Força Expedicionária Brasileira que foi defender a democracia no mundo – no mundo! Ontem, eu ainda via um filme interessantíssimo sobre o que foi a tragédia da 2ª grande Guerra Mundial. Nós temos que lembrar isso com mais vigor e com mais determinação, porque ali, na Praça da Redenção, está marcado com este monumento, assim como disse

no filme que vi ontem sobre a vida de Anne Frank, que vivam esses monumentos na nossa história e na nossa memória.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. André Carús.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Inicialmente, gostaria de agradecer ao Ver. André Carús por me ceder seu tempo em Comunicações para que eu aqui fizesse essa justa homenagem à Força Expedicionária Brasileira e ao Monumento do Expedicionário. Afinal de contas, uma justíssima homenagem àqueles que pagaram com suas vidas para que nós desfrutássemos da nossa liberdade, ainda que a 2ª Guerra Mundial não tenha sido disputada em nosso território. Essas pessoas - muitas hoje descendem desses gaúchos que foram para a Itália combater - foram para a Europa combater, lutaram contra o nazismo e contra o fascismo, enfrentaram uma das batalhas mais difíceis do cenário europeu de guerra, que foi a de Monte Castelo, na Itália – a minha família é oriunda de uma região muito próxima ao Monte Castelo - e até hoje aquela região da Itália lembra muito da Força Expedicionária Brasileira pelos seus feitos, com equipamentos abaixo do que deveriam constar, tendo que enfrentar o frio, muitas adversidades, mas foi heroica e teve uma vitória importantíssima no cenário europeu de guerra, por vezes, muito pouco destacada como deveria ser aqui no nosso País, pelo povo brasileiro.

Afinal, muitos são rápidos em condenar o Nacional Socialismo Alemão, o Nacional Socialismo Italiano, também são rápidos em criticar e depredar monumentos como o Monumento do Expedicionário e também em criticar instituições tão importantes como a FEB e como o Exército Brasileiro, que pagou com o seu sangue pela liberdade de que hoje nós desfrutamos quando lutaram contra esses regimes autoritários ditatoriais que existiram na Europa na época da 2ª Guerra Mundial. Por isso, é justa a homenagem e devemos, sim, reforçar e, sempre que pudermos, contar essa história. Sou um apaixonado pela história da 2ª Guerra e gostaria de ver muito mais na cena cultural brasileira: filmes, documentários a respeito dessa história heroica que foi aquele feito brasileiro, que muitas vezes são preteridos por histórias de muito menor relevância, que recebem verbas públicas, recebem o apoio de artistas e de outras celebridades que são vinculadas à esquerda, mas que não estão interessadas nessa disputa heroica que o Brasil enfrentou, que hoje condenam o fascismo, condenam o nazismo, mas não apoiam aqueles que efetivamente deram o seu sangue para que os países que estavam com essas doutrinas políticas fossem efetivamente derrotados na guerra. Muito obrigado pela atenção. Fica aqui a minha homenagem a esse importante feito, ao monumento e a essa história fundamental para o nosso País.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero saudar os Pracinhas que estão aqui conosco, sejam bem-vindos, esta Câmara, Porto Alegre, o Rio Grande e o Brasil têm muito orgulho de vocês, tenham certeza disso. Como é bom lembrar num País que, às vezes, não tem memória; como é bom lembrar num País que esquece seus ídolos; o Monumento fica marcante, ali na Redenção – que se não é o maior parque é um símbolo da nossa Cidade –, entranhado ali no meio. Ver.^a Mônica Leal, parabéns pela homenagem – também à Casa e à Mesa –, porque, às vezes, a gente começa a esquecer esses símbolos marcantes da nossa Cidade quando se perde uma peça, como é o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas, na Praça da Alfândega, feita em bronze. Por isso é bom sempre lembrar, e a homenagem, Ver. Camozzato, não pode ter ideologia, a ideia de comemorar independe de que lado se está, lembrar o Brasil, o Brasil vitorioso, o Brasil representado por gaúchos, por brasileiros que estiveram na ponta, principalmente no aspecto da solidariedade a outros povos. Isso tem chamado muita atenção do mundo: a solidariedade do brasileiro, que, às vezes, tem dificuldade de reconhecimento aqui dentro. Foi uma conquista inesquecível que ficou para a história e que nós devemos sempre referenciar, e referenciar, naturalmente, àqueles que elevam o nome do Brasil, e, como aqui sabemos, muitos foram representantes de várias cidades do nosso Estado e deixaram uma história brilhante, maravilhosa, bonita, que nós estamos lembrando hoje aqui. Parabéns a todos! Não quero ser repetitivo, mas subi a esta tribuna para reverenciar aquilo que vocês representaram, aquilo que vocês deram à nossa Nação, com orgulho, com altivez. Sem dúvida, enobreceram o Brasil, e isso deve servir para as nossas novas gerações, que, às vezes, desconhecem aquilo que o brasileiro faz de coisa boa. Lá fora, representa a nossa história, o nosso patrimônio, a nossa Nação. Parabéns a todos! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu não tenho a menor intenção de me jactar aqui, Sr. Presidente, mas é um orgulho que eu quero deixar registrado: eu fui condecorado na última turma, antes da dissolução do conselho da Associação Nacional dos Veteranos da 2ª Guerra Mundial. É uma das condecorações que eu guardo com o maior apreço, numa redoma, e que mais me orgulha justamente porque eu fui condecorado por lutar contra o totalitarismo, enquanto os pracinhas, na 2ª Guerra Mundial, usavam seus fuzis, suas baionetas, entregavam seus corpos nessa luta. Nós – eu, o Ver. Camozzato, que aqui falou, o Ver. Valter Nagelstein e tantos outros – emprestamos a nossa verve na luta contra o totalitarismo e contra todas aquelas ideologias perversas contra as quais nós

lutamos e permaneceremos na luta, contra as ideologias totalitárias, de acordo com as quais o mundo só sobrava submerso na escuridão, submerso nas trevas, e a liberdade perecia. Nós temos verdadeiros heróis que sacrificaram e colocaram em risco as suas vidas em defesa da nossa liberdade. É uma lástima, senhores, que o Brasil não cultue as suas virtudes cívicas; é uma lástima que no nosso País nós não incentivemos e não se cultivem essas virtudes nobres que em tantas nações vemos. Porque, se nós cultivássemos essas virtudes, a cada momento que encontrássemos um veterano, faríamos a ele uma reverência, apertaríamos a sua mão, dando a ele a nossa gratidão por ter exposto a sua vida em defesa da nossa vida e da nossa liberdade.

Então a homenagem deste Vereador e daqueles que ele representa, a nossa gratidão a todos os pracinhas, não só aos da 2ª Guerra, mas a todos os militares que exercem até hoje no Brasil um poder moderador, defendem a ordem interna e das ameaças externas. Quando saem de casa de manhã, saem dispostos a entregar a vida deles em defesa da minha vida e da minha família. Fica aqui minha gratidão, o meu reconhecimento.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, quero dizer que os democratas se sentem representados na tribuna por V. Exa. dados os conceitos já expedidos aos quais nós subscrevemos integralmente. Segundo, para nos associarmos formalmente a essas homenagens, saudar o Cel. Antônio Cezar Esteves Mariotti; o Capitão de Corveta Cláudio Pereira; o Sr. Cléber Nascimento Dias, Diretor Executivo do Jornal Correio do Povo; e, muito especialmente, o meu querido amigo Krieger de Mello, que lidera os ex-combatentes, a nossa gloriosa Força Expedicionária Brasileira e que é um Cidadão Honorário de Porto Alegre benquisto por todos nós desta Casa e por este seu amigo, combatente de outras jornadas. A todos os senhores eu consolido a manifestação do ilustre orador que, com seus conhecimentos históricos, enaltece e abre mais espaço nesta homenagem e nos permite, inclusive, lembrar o Cel. Mascarenhas, que foi o Comandante da FEB, e, por que não, o Gen. Castelo Branco, que foi o grande estrategista da Batalha de Monte Castelo. A todos os senhores o meu respeito e a minha satisfação por tê-los conosco. E, sobretudo, a alegria em ver o Ver. Wambert muito bem representar os democratas na tribuna que lhe foi deferida pelo Presidente da Casa. Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Muito obrigado, Vereador. Encerrando agradeço o aparte do Ver. Reginaldo Pujol e quero terminar rogando a Nossa Senhora Aparecida, que neste ano completa 400 anos de sua aparição, que ela possa cobrir o Brasil, proteger as nossas liberdades das elites espúrias que tomaram conta do nosso País e proteger-nos, sobretudo, do totalitarismo que não desiste de conspirar contra a nossa democracia e contra a nossa liberdade. Que Deus abençoe o Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a Ver.^a Mônica Leal para proceder a entrega dos Diplomas, em homenagem aos 60 anos de inauguração do Monumento ao Expedicionário, para o Tenente Coronel Antônio Cezar Esteves Mariotti, representando o Comando Militar do Sul, e para o Sr. Cléber Nascimento Dias, Diretor Executivo do jornal Correio do Povo.

(Procede-se à entrega dos Diplomas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Jorge Krieger de Mello, Presidente da Força Expedicionária Brasileira, está com a palavra.

O SR. JORGE KRIEGER DE MELLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta Sessão Especial de nossa Câmara Municipal vem comemorar os 60 anos da inauguração do Monumento ao Expedicionário, por proposição da Ver.^a Mônica Leal, filha daquele patriota, daquele homem, daquele militar, meu adversário político, sempre, mas meu companheiro nas causas sociais e nas causas, inclusive, de combate à criminalidade, Pedro Américo Leal. Na pessoa da senhora, eu saúdo e reverencio o seu pai o seu pai. No dia 16 de junho de 1957, realizava-se a inauguração, pelo então Governador do Estado, Dr. Ildo Meneghetti, e Prefeito da Capital, Dr. Leonel de Moura Brizola, além da presença do Marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou a FEB no Teatro de Guerra da Itália. O projeto do arquiteto pelotense Antônio Carangi fez do Estado do Rio Grande do Sul o pioneiro do Brasil em prestar a homenagem. A edificação, feita em granito e bronze, é o ícone do reconhecimento público dos gaúchos aos soldados brasileiros mortos, feridos e sobreviventes do maior conflito mundial junto às forças aliadas lideradas pelos Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido e demais países aliados contra o nazifascismo que assolou os campos da velha Europa. Em 8 de maio de 1946, um ano após a rendição das forças do eixo, foi colocada a pedra fundamental do monumento no Parque Farroupilha, frente à Av. José Bonifácio, onde se encontra até hoje e que há de permanecer através dos tempos. Neste monumento existem três placas. Na primeira, são relacionados os nomes e as patentes dos militares e a cidade de onde partiram, dos quais partiram 18 pracinhas gaúchos que foram mortos na 2ª Guerra Mundial. Consta também uma placa do Ministério da Marinha, da Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, hoje aqui bem representada, onde são referidos nomes e patentes militares de cinco marinheiros mortos do cruzador Bahia, e outro na corveta Vital de Oliveira. Estas embarcações foram torpedeadas pelos submarinos alemães nas costas brasileiras. Por fim, a terceira placa registra e perpetua as operações da FEB nas batalhas mais importantes e mais sangrentas ocorridas na Itália, a exemplo apenas de duas: Monte Castelo, em 21 de novembro de 1944, e em 02 de dezembro do mesmo ano, e a vitória sobre Monte Castelo, gloriosa e difícil vitória em 21 de fevereiro de 1945, além da Batalha de Montese, em 14 de abril de 1945, que ceifou maior número de brasileiros em combate. Deixamos na Europa 465 pracinhas, oito pilotos da FAB que foram abatidos, e os nossos homens que também nos seus navios de guerra, a nossa Marinha conduziu com

coragem as nossas tropas nos campos da velha Europa; portanto Ver.^a Mônica, este momento é solene porque representa o verdadeiro patriotismo. Eu quero, antes de terminar, pedir a meus dois expedicionários vivos aqui presentes, meus heróis, que levantem para receberem a saudação, os veteranos: Oudinot Willadino e Nestor Antônio dos Santos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Tenente-Coronel Antônio César Esteves Mariotti, representando o Comando Militar do Sul, está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR ESTEVES MARIOTTI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Hoje o Exército Brasileiro se faz representar aqui em homenagem àquele excepcional monumento, nas palavras do jornal Correio do Povo, gravado em granito e bronze, onde se registram atos heroicos travados por brasileiros em solo estrangeiro. Porto Alegre, Capital gaúcha, Capital do Estado que nos deu Getúlio Vargas, que nos deu Bento Gonçalves, não poderia deixar de ser a Capital pioneira em atos desse tipo. É uma homenagem justa a brasileiros, gaúchos, porto-alegrenses que deram o seu sangue, o seu esforço e prestaram tributo de sangue em solo italiano. Diversos são os nomes onde se ouve a glória dos pracinhas da nossa FEB: Monte Castelo, Montese, Collecchio, Forno. A perseguição ao inimigo no Vale do Pó e a apreensão de uma divisão alemã inteira não são atos pequenos, são atos grandiosos que a nossa Força Expedicionária Brasileira, formada por pracinhas do Exército, da Aeronáutica, da recém-criada Força Aérea e da nossa Marinha, atos que esses brasileiros serviram de orgulho para a nossa Nação e ecoam na nossa história até hoje. Esses homens – que tiveram como lema “Avante Camaradas” – são merecedores, sem dúvida, de todas as nossas homenagens. Temos ainda o orgulho de termos alguns deles representando essa nossa Força Expedicionária Brasileira neste recinto e é em homenagem a eles, em homenagem à cidade de Porto Alegre, que o Exército Brasileiro vem aqui prestar a sua honra e prestar a sua melhor continência. Muito obrigado por esse legado que vocês deram ao nosso País. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos ao Tenente-Coronel Antônio Cezar Esteves Mariotti e o convidamos para retornar à Mesa. E convidamos, neste momento, todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Rio-Grandense e a Canção do Expedicionário, executados pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência do Capitão Daniel Sábio Meireles.

(Ouve-se o Hino Rio-Grandense e a Canção do Expedicionário.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estamos chegando ao final deste período de Comunicações com homenagem. Parabenizamos, mais uma vez, as presenças do Tenente-Coronel Antônio Cezar Esteves Mariotti, representante do Comando Militar do Sul; do Capitão de Corveta Cláudio Pereira, representante da Capitania dos Portos de Porto Alegre; do Dr. Jorge Krieger de Mello, Presidente da Força Expedicionária Brasileira - FEB; do Sr. Cléber Nascimento Dias, Diretor Executivo do jornal do Correio do Povo. Mais uma vez saúdo os nossos ex-pracinhas, tão bem aqui saudados pelo Dr. Jorge, o Sr. Nestor Antônio dos Santos, o Sr. Oudinot Willadino, também a Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, que nos agraciou com três belas execuções. Agradeço ao Capitão Daniel Sábio Meireles, regente da Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército. Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h32min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h34min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, vimos a esta tribuna hoje para comentar alguns dos episódios ocorridos nas últimas semanas. Em primeiro momento, cabe destacar que um dos pontos mais chocantes e que nós estamos levantando aqui reiteradamente, semana após semana, ainda não tem sequer um brilho de luz no horizonte, que é justamente o problema do quadro de RH das escolas do Município de Porto Alegre. Entra semana, sai semana, e a Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura desta Cidade não contratam professores para a demanda existente no RH das escolas da nossa Cidade. Como falamos anteriormente, o problema é grave. Dentre todas as escolas da rede municipal, nós percebemos um déficit de mais de 4 mil horas de trabalho. Para nós termos uma real noção do que isso representa, são 4.200 períodos letivos, aproximadamente, em que as crianças da nossa Cidade não têm um professor para trabalhar com elas. E as crianças fazem o quê? O Secretário de Educação, que, em fevereiro deste ano, veio a esta Casa e usou esta tribuna para afirmar categoricamente que sua maior intenção era qualificar o ensino em nossa Cidade, faz corpo mole e não designa material humano para trabalhar com essas crianças. Sem profissionais, não há educação. Senhoras e senhores, por mais que a tecnologia se desenvolva – isso tem acontecido ultimamente, existem recursos tecnológicos, programas de computação, equipamentos eletrônicos que podem ser utilizados e devem ser utilizados para qualificar o aprendizado, os espaços de ensino –, sem material humano, não se faz educação. As nossas relações interpessoais são imprescindíveis para que tenhamos o desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivas das nossas crianças. E, com a falta de 4.200 períodos, porque não há professores para ocupar essas

vagas, é impossível nós termos educação de qualidade. O Secretário, num dos seus primeiros pronunciamentos, afirmou categoricamente que os nossos índices estavam muito baixos, colocando a culpa na estrutura das nossas escolas e no quadro de servidores, não fazendo novos chamamentos.

Olhem, sinceramente, eu não consigo me recordar do último ano em que esta Cidade não fez chamamento de professores no início de um ano letivo. Eu não lembro. Desde que eu venho acompanhando os trabalhos que envolvem a questão da política e dos serviços públicos, eu não lembro de um ano letivo que tenha iniciado sem chamamento de profissionais para suprir a demanda decorrente das aposentadorias. As aposentadorias são processos naturais, as pessoas se aposentam, pelo menos até agora se aposentavam. Mas este ano não houve chamamento sequer de um profissional, o que significa um total desrespeito com relação à educação em nossa Cidade. E nós vamos cobrar, estamos em cima controlando, fiscalizando e atentos principalmente a este problema gravíssimo. Porque, sem seres humanos, sem relações humanas, não se faz educação.

E a porta de entrada para um mundo melhor, para um país melhor, para uma Porto Alegre melhor é pela via da qualificação nos processos educativos. Não existem receitas milagrosas, apenas a educação e o ensino podem nos salvar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...Todas as pessoas que debatem os problemas da atualidade são unânimes em dizer que a única saída existente é através de uma educação de qualidade, emancipadora, que forme cidadãos críticos e conscientes do seu papel dentro da sociedade. Isso é o que pode mudar a perspectiva do nosso cotidiano. Precisamos de mais segurança, de mais espaços de convivência, de mais humanidade, no sentido literal da palavra. E é só através da educação que conseguiremos isso.

Esperamos que, em breve, esses problemas sejam corrigidos por esta Prefeitura, que se omite na busca de solução para esse problema grave que é a falta de professores nas escolas municipais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, alguns Vereadores e Vereadoras têm me perguntado, com surpresa, por que eu retirei do projeto de reforma administrativa, que está nesta Casa, enviado pelo Prefeito Marchezan, a emenda supressiva que havia apresentado para salvar a Secretaria

Municipal de Esportes da extinção. Para que os senhores e as senhoras possam entender: surpreendentemente, foi um pedido dos professores. Surpreendentemente, os professores entenderam – essa é a alegação – que a emenda corria o risco, na CCJ, de ser derrotada junto com o projeto e não vir para o plenário.

Só que, para um projeto e suas emendas não virem para o plenário, é necessário que a CCJ vote contra por unanimidade. Então, teríamos que tomar sete a zero na CCJ – onde eu tinha, com certeza, quatro votos, tanto para aprovar o projeto e a emenda, como para derrubar, se fosse o caso, o relatório do Ver. Luciano Marcantônio. Eu tinha os votos dos Vereadores Dr. Thiago, Rodrigo Maroni, Adeli Sell e Mendes Ribeiro. Também do Ver. Márcio Bins Ely, que vota sempre com restrições, que não quer dizer nada, que também é a favor. Então seriam cinco votos a dois. Eu tentei explicar aos professores o erro que eles estavam cometendo. Pedi que o Ver. Adeli Sell falasse; ele ligou, falou, explicou, mas os professores pediram. Eu estou com 60 anos, não quero me incomodar mais. Não quero mais ter essa responsabilidade, porque é uma fofocada de um lado, é uma fofocada de outro lado. Vou repetir: eu tinha os votos na CCJ para aprovar ou para derrubar o relatório do Ver. Luciano Marcantônio. Já dei os nomes aqui. E tinha, em plenário, para aprovar e retirar e salvar a SME, 21 votos contados, e nós precisávamos de 19. Hoje eu não tenho mais os 21, porque tirei a emenda. Hoje eu só tenho o meu voto. E essa emenda só pode ser reapresentada no dia da votação por um Líder. Nós tínhamos, inclusive, articulado para pedir vista, para ganhar um tempo para poder chegar no prazo de se pedir o art. 81 e votar com urgência, porque tínhamos garantidos os votos para salvar a SME.

Então eu penso que foi um equívoco dos professores insistirem. Eu quis dividir isso com outros Vereadores. O Ver. Luciano Marcantônio insistiu que eu não retirasse a emenda; o Ver. Cassiá Carpes insistiu que eu não retirasse a emenda; Ver. Roberto Robaina insistiu que eu não retirasse a emenda; o Ver. Dr. Thiago insistiu que eu não retirasse a emenda; o Ver. Alex também, todos insistiram, mas os professores acham que conhecem tudo aqui na Casa, acham que conhecem o Regimento da Câmara. Vou repetir: esse projeto, com essa emenda, só não viria para cá se tivéssemos perdido de 7 a 0! E eu tinha 4 votos certos, mais 1 com restrições, que é a favor, totalizando 5 votos. Por isso retirei a emenda. E hoje, infelizmente, dos 21 votos que eu tinha, só tenho o meu. E eu, como não sou Líder, não posso apresentar a emenda e não vou assinar nenhuma emenda que algum Líder apresentar. Eu vou dar o meu voto só a favor da SME. Muito obrigado, espero ter esclarecido todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu venho à tribuna usar o tempo de Liderança depois de ouvir a manifestação do Ver. João Bosco Vaz. Sobre essa

matéria, eu já conversei na semana passada, aqui da tribuna, e vou repetir: nós apresentamos emendas em projetos de origem do Executivo propondo, Ver. Carús, Ver. Cecchim, algumas pequeníssimas modificações. O projeto veio do Executivo, e nós apresentamos propostas de algumas mudanças, e parece-me, Ver. João Bosco, que no meu caso as emendas todas foram rejeitadas por unanimidade lá na Comissão de Constituição e Justiça. É a informação que tenho. E parece-me que agora volta para eu contestar. É essa a informação que tenho.

Estou apelando aos Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça para que alguns deles, dois ou três ao menos, revejam a posição, porque a manifestação da Comissão foi pela inconstitucionalidade da apresentação das emendas, e o que me surpreende é que lá a Comissão rejeitaria, mas nós, Líderes, poderíamos apresentar no plenário, na hora da votação, e isso é uma coisa perigosíssima para toda a Câmara Municipal de Porto Alegre. Repito: nós, líderes, poderíamos apresentar emendas durante o processo de votação. Se isso acontecer, quase dois terços da Câmara perderá o poder de apresentar sugestões de modificações e essas sugestões serem aprovadas ou não.

Portanto, estamos aqui para falar sobre este tema, é importante a posição do Ver. Dr. Thiago, que não teria assinado ainda, não é possível que a Comissão de Constituição e Justiça barre o processo de discussão do projeto alegando inconstitucionalidade da Executiva. Desde 1988, depois da nossa Constituição Brasileira, o Executivo encaminha projetos de sua competência exclusiva para a Câmara Federal, para o Senado Federal e para as Assembleias, e existe, sim, sem nenhuma dúvida, a possibilidade de emendas. Claro, tu não podes apresentar emendas que modifiquem a essência do projeto, agora, emendas que tentam aprimorar o projeto, melhorar – às vezes, até pode ficar pior –, isso é o Plenário que decide, nós não podemos compreender que uma decisão de uma Comissão inviabilize o processo sem justificativa jurídica.

Se não podem ser apresentadas emendas pelos Vereadores, queremos saber qual o artigo, qual lei, se é a Constituição Estadual, Lei Orgânica, etc, que proíbe isso. Já lhes asseguro que não existe nenhuma determinação jurídica proibindo esse tipo de atuação, que é a essência do trabalho do Vereador. Senão, senhoras e senhores, nós estaríamos aqui apenas dizendo “sim” ou “não”. Se não podemos apresentar emendas, nós aqui nos tornaremos um Plenário que dirá apenas “sim” ou “não”. E isso só acontecia lá no período da nossa ditadura militar. Sem entrar no mérito, hoje as coisas mudaram, e temos, sim, competência para isso. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão no

dia de hoje. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa –, quero compartilhar aqui, com os colegas Vereadores, algo que me chamou muito a atenção e me deixou preocupado. Quero fazer aqui, em nome da Bancada, um apelo ao Governo Municipal para repor os educadores nas Escolas de Educação Especial.

Uma cidadã – por uma questão óbvia, não vou citar aqui o nome – mandou uma mensagem a este Vereador dizendo o seguinte: “Olá, Ver. Oliboni, sou mãe de um aluno da Escola Especial Municipal Professor Francisco Lucena Borges, da qual também faço parte do Conselho Escolar do meu filho. Meu filho tem o diagnóstico de autismo.” E nós fizemos uma reunião há poucos dias sobre autismo aqui na COSMAM. “Sofre de autismo e não consegue ter autonomia para as tarefas diárias mais básicas como ir ao banheiro ou comer sozinho, assim como não consegue prever o risco de perigo, necessitando de atenção integral. A escola do meu filho está sem contingente, sem educadores para educação especial por falta de RH”, que é de profissionais de escola de atenção especial. “E estamos convivendo diariamente com os riscos à integridade física e emocional dos alunos com situações recorrentes de tentativas de fuga e agressão por parte dos alunos que necessitam de mais atenção e cuidado, sendo de extrema urgência que a SMED envie mais educadores de educação especial, já que fizemos uma reunião, depois de implorar muito, mas muito mesmo, com a Subsecretária Ivana, que se comprometeu, em 9 de abril, a enviar contingente, isto é, educadores, dentro do prazo de 30 dias. Estamos esperando até hoje. Nesta terça-feira, o Secretário convidou os conselheiros para uma reunião técnica, mas restringiu a pauta e a sua fala à apresentação do que diz ter feito nos últimos seis meses de gestão, não abrindo espaço para a escuta. Então, diante disso, peço ajuda. Não podemos mais continuar expondo os nossos filhos. Do jeito que está, acontecerá uma tragédia. Estamos todos desesperados; os nossos filhos precisam estar seguros na escola. Está garantido no art. 3º, § 13, da Lei em Defesa do Deficiente. Necessitamos de profissional escolar, pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene, locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados como profissões legalmente estabelecidas. Por favor, nos ajudem a garantir o direito dos nossos filhos e venham visitar a nossa escola.”

Não é só nesta escola, mas, mais precisamente, também, na Escola Professor Elyseu Paglioli, que só tinha duas turmas, Ver.^a Sofia, funcionando, e uma foi fechada. Eu quero dizer da nossa dedicação, enquanto bancada, a este espaço da tribuna, porque é lamentável a atitude do Secretário de Educação – é lamentável!

Sobre essa questão do autismo, recentemente tivemos, Ver. Mauro, uma atividade aqui na COSMAM, e não existe protocolo nenhum, não existe orientação nenhuma. Infelizmente, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ao invés de ampliar os espaços de acesso, está cortando. Portanto, junto com essa cidadã, pedimos socorro para...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, em meu nome e também em nome do Ver. Moisés Maluco do Bem, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Presidente Cassio Trogildo. Vereadores e Vereadoras, eu uso a tribuna em nome do PSOL – do Ver. Prof. Alex Fraga e da Ver.^a Fernanda Melchionna – para expressar uma preocupação e, ao mesmo tempo, apresentar uma denúncia sobre o que tem ocorrido na política habitacional e na política de segurança no Estado do Rio Grande do Sul. Nós tivemos, na véspera do feriado, a desocupação de um prédio público que, há mais de dez anos, se encontrava completamente sem utilidade, era um prédio público belo, muito bonito, mas abandonado pelo Poder Público, pelo Poder Estadual, um prédio que, diante dessa situação de abandono, foi ocupado por uma série de famílias, por um movimento social. Elas ficaram, durante dois anos, constituindo moradia nesse local, eram dezenas de famílias que habitavam esse prédio, que ficou conhecido como ocupação Lanceiros Negros, e era uma ocupação que tinha uma boa relação com a comunidade do Centro de Porto Alegre.

Apesar disso, o Governo do Estado insistiu numa linha de desocupação, não apresentou nenhuma proposta séria de negociação e operou uma ação como há muito tempo não se via no Estado do Rio Grande do Sul, uma ação muito violenta. A polícia, mais especificamente o BOE, que atuou nesse caso, agiu com um nível de violência muito, muito significativo. Quem pôde acompanhar a imprensa tradicional mais fortemente também pôde ver essas ações. Nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, na RBS, na Record, muitas imagens demonstraram uma repressão brutal contra essas famílias, contra mulheres, contra crianças, contra indígenas.

Um deputado estava tentando fazer a mediação do conflito, o Deputado Jeferson, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, estava dirigindo uma audiência pública minutos antes de ocorrer o despejo. A audiência pública era sobre a própria ocupação, portanto era um momento em que o Parlamento estava debatendo a solução negociada para esse conflito, e o Governo do Estado, através da ação da Polícia Militar, ao invés de apelar para um processo de negociação, ao invés de resolver o problema habitacional, simplesmente fez uso da força bruta reprimindo de modo covarde aquelas famílias.

É uma crise que ainda está ocorrendo, essa mobilização não terminou. Nós vamos ter, certamente, amanhã, um grande protesto no Centro de Porto Alegre, em que um dos temas, além da luta contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista, será o “Fora, Temer”, um Governo corrupto e ilegítimo que segue no

comando do País. Nós não podemos esquecer que temos uma quadrilha perigosíssima comandando o País. Apesar disso, quando há problemas vinculados à moradia popular, o tratamento das forças de segurança não é para garantir a segurança popular, mas, sim, para imprimir uma dinâmica de violência contra o povo e contra as suas organizações. Aliás, não foi a primeira vez. Nós tivemos, no dia 24 de maio, também uma ação da Polícia Militar altamente violenta no Alto da Colina – será tema amanhã da CUTHAB – , uma violência brutal contra famílias, mulheres grávidas. Um despejo no Morro Santana de uma brutalidade incrível demonstrando que há, por parte do Governo Estadual, uma política de repressão à mobilização social, de repressão às organizações que lutam pelo direito à moradia. Isso é muito grave! A Câmara dos Vereadores não pode simplesmente se omitir em relação a temas como esse. O tema da moradia é um tema muito grave em Porto Alegre! Esse tipo de mobilização, tanto a que tivemos no Centro quanto a mobilização no Alto da Colina, são mobilizações onde as pessoas atuam porque não têm opção. Não ter moradia é um problema muito básico. Ou seja, o direito à moradia é um direito constitucional, e, infelizmente, esse direito não é respeitado. Quando as pessoas se organizam e se mobilizam para defenderem os seus interesses, são tratadas como se a questão social fosse caso de polícia. É esse tratamento que os Lanceiros Negros tiveram, e é esse tratamento que os moradores do Alto da Colina tiveram por parte do Governo Estadual e da Polícia Militar. Esse é o nosso repúdio.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em meu nome, em do nome dos Vereadores João Carlos Nedel, Ver. Matheus Ayres, Ver. Dr. Goulart, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Oliboni, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Moisés Barboza e da Ver.^a Mônica Leal, quero convidar todos para hoje, às 19 horas, o lançamento da nossa Frente Parlamentar em Defesa da Vida. Vamos começar refletindo sobre o tema do suicídio, que tanto tem atormentado, em particular, a sociedade porto-alegrense. Que tipo de políticas públicas podemos proporcionar aos cidadãos de Porto Alegre para a prevenção do suicídio? Vai estar aqui a representante do Comitê de Combate ao Suicídio, um representante da Cruz Vermelha Brasileira, da qual tenho a honra de ser Conselheiro, e nós vamos discutir esse tema. A Frente Parlamentar em Defesa da Vida tem o objetivo de defender a vida humana desde a sua concepção até o seu fim natural e a sua plenitude. Por isso, ouvi atentamente o discurso do Ver. Oliboni, tratando da questão do autismo. Vereador, o senhor, que é membro da nossa Frente: esse é um dos temas que podemos discutir políticas públicas, porque a vida é dada ao ser humano para que ele a tenha em abundância. Eu compactuo com a preocupação do Ver. Robaina, sobretudo pelos

miseráveis deste País que não têm vida em plenitude e não têm vida em abundância. Precisamos fazer política para aqueles que mais precisam delas.

E eu trouxe, Vereadores, presenteei cada um de vocês com essa réplica de ser humano de 12 semanas de existência. (Mostra réplica.) O ser humano está desenvolvendo a sua vida, a sua existência, um ser frágil. Nós, no Brasil, estamos ameaçados pela barbárie da ideia de que isto aqui é só um pedaço de carne descartável e de que existe um ser acima dele que pode decidir se ele vive ou morre. Então, a Frente Parlamentar também vai discutir e enfrentar o tema do aborto, que é uma das piores histórias de retrocessos civilizatórios da história do Brasil. Está se tentando insistentemente no Brasil, Sr. Presidente, tentar a legalização do aborto, do verdadeiro genocídio, do verdadeiro massacre de inocentes.

Se isto não for um ser humano, Ver. Idenir Cecchim, que mereça a nossa proteção, que mereça o nosso respeito, que tem uma dignidade intrínseca, nenhum de nós o é. (Mostra réplica.) Isto aqui é um ser humano de 12 semanas, Vereador, e o Pacto de San Jose da Costa Rica diz que ele não só é um ser humano, como é dotado de personalidade, e a ele se atribuem todos os direitos humanos. O art. 3º desse Pacto afirma que a vida deve ser protegida, e nós, brasileiros, somos signatários desse pacto, Sr. Presidente. Isto aqui é uma vida humana completa em si mesma em desenvolvimento, isto aqui não é só matéria. Uma sociedade que reduz a vida humana à matéria é uma sociedade que comete o haraquiri, que se suicida enquanto civilização. Então, deixo para reflexão dos colegas essa imagem, já que hoje estamos sendo na sociedade tão imanentistas, tão materialistas, que esta matéria nos ajude na reflexão do verdadeiro sentido da vida humana. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Em primeiro lugar, eu queria trazer na tribuna sobre a questão da CPI da FASC; uma luta que nós estamos travando aqui na Câmara de Vereadores para cumprir com o nosso papel constitucional, que é o de investigar esse descalabro e essa bandalheira que ocorreram na FASC e que seguem ocorrendo, pelas investigações que estão postas. Assim como a gravidade da situação que o meu colega Roberto Robaina trouxe à tribuna, que na véspera do feriado houve essa violência brutal na integração de posse, de forma ilegal, feita na calada da noite, num dos prédios que passou dez anos abandonado e que estava dotado de vida diante da ocupação de famílias, de homens e mulheres trabalhadores.

Mas não sem antes deixar de responder ao Ver. Professor Wambert que, de fato, me choca o tamanho da contradição. Os mesmos que dizem que as armas são pela vida e que tratam de um tema extremamente grave, como o da segurança pública, de maneira leviana, inclusive de maneira temerária no que diz respeito à segurança da população, são os mesmos que acham que algumas vidas valem mais que a vida das

mulheres. Nós estamos falando da quinta causa de mortalidade materna, quando se fala da necessidade da legalização do aborto no Brasil. E a legalização do aborto significa a descriminalização da prática com relação às mulheres. De fato, a maior parte dos países desenvolvidos – coloco entre aspas a palavra “desenvolvidos” –, mas muitos do que o Vereador usa para tantos outros modelos, trabalha-se com o número das doze semanas – é o caso de Portugal, França e Uruguai. Este tema é tratado com imensa hipocrisia. As mulheres filhas da classe trabalhadora, as mulheres pobres, as mulheres jovens e – é o que dizem as pesquisas em geral – as mulheres em situações mais precárias são as que morrem vítimas dos abortos inseguros, dos abortos clandestinos, dos abortos precários, enquanto as mulheres de classe média ou ricas conseguem fazer o procedimento com um resguardo da sua vida.

Nós estamos falando, sim, de vida; nós estamos falando da vida das mulheres; nós estamos falando que, só no ano de 2015, foram realizados mais de um milhão de abortos no Brasil, segundo as pesquisas realizadas por vários institutos, e discutir de forma leviana esse tema sem se aprofundar em relação às estatísticas, inclusive, dos países que legalizaram o aborto e que viram zerar a mortalidade materna, como o caso do Uruguai, em que foi a zero a mortalidade das mulheres, inclusive reduzir os casos de procedimento do aborto, porque, na medida em que se discutem os temas não com tabu, mas com garantia de direito, pode-se, muitas vezes, ajudar mulheres que, numa situação de desespero, pensam que o ideal ou o melhor é o procedimento, e, ao mesmo tempo, quando se pode tratar com um conjunto de assistência social, de psicologia, dos órgãos de saúde, muitas vezes uma alternativa aparece na vida dessa mulher.

Então, nós queremos deixar aqui esse registro, porque é muito engraçado que uma Frente que discute a vida secundarize a vida das mulheres. Nós estamos defendendo, por óbvio, que não se secundarize a vida das mulheres e que elas, sim, tenham direito à dignidade, às liberdades e a não morrer, lamentavelmente, como têm morrido, fruto dessa política levada a cabo ao longo dos anos que só gera, por óbvio, mais violência, mais mortalidade materna, mas mais hipocrisia também na realidade, porque é óbvio que esses procedimentos ocorrem, e, como eu disse, justamente as mais pobres morrem.

Segundo, é fundamental também, quando se discute o tema do aborto, dizer de uma série de jurisprudências que nós já temos no Brasil com relação à anencefalia e com relação ao estupro, às mulheres que foram vítimas de violência sexual e que são parte da nossa petição no Supremo Tribunal Federal, protocolada pelo PSOL e que foi elaborada com as advogadas do Anis, que busca a descriminalização do aborto e que tramita, neste momento, no Supremo Tribunal Federal, para que a gente possa garantir que esse debate seja feito à luz da legislação brasileira. O Código Penal não é superior à Constituição Federal, e a Constituição Federal, como nossa lei máxima, abarca o direito das mulheres e abarca esta discussão que nós estamos fazendo no Supremo Tribunal Federal.

Eu peço um minuto para concluir, porque não era meu tema original...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...Eu quero de novo falar, nesta tribuna, da necessidade da CPI da FASC. Nós precisamos que a Câmara de Vereadores faça aquilo que é seu papel constitucional: ajudar as investigações que ocorrem no Ministério Público, na Polícia Civil, investigações iniciadas pela jornalista Adriana Irion, da Zero Hora, que trouxeram superfaturamento de imóveis, superfaturamento de serviços em empresas como a Multiagil, que cobravam quase o dobro dos serviços que foram efetivamente feitos, imóveis abandonados, enquanto as crianças estão dividindo até o mesmo colchão por falta de investimento. O descalabro porque não tem internet, não tem telefone, e, ao mesmo tempo, temos superfaturamento na locação de imóveis. É obrigação desta Câmara investigar. Temos já assinaturas dos Vereadores de oposição, e nós queremos, com as bancadas independentes e com o conjunto dos Vereadores, fazer este debate necessário sobre a CPI.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa, público que nos assiste, na semana passada estive ausente na Casa, na Sessão de quinta-feira, porque estive na Praia Grande-SP, onde se realizou o 8º Congresso da Força Sindical. Nortearmos resoluções e rumos para os trabalhadores brasileiros, elegemos a nova direção da Força Sindical, além de continuarmos com os espaços importantes que já tínhamos aqui no Rio Grande do Sul, com a secretaria de relações institucionais, a secretaria para juventude, a 3ª secretaria da Força Sindical, a 1ª secretaria do meio ambiente, a 1ª secretaria da mulher, e ainda conseguimos ter 14 dirigentes gaúchos na Executiva Nacional da Força e 25 membros na Direção Nacional, sendo que fui eleito Vice-Presidente Nacional da Força Sindical.

Traçamos novos rumos que, na verdade, fazem parte de uma agenda em que nós, além de incluirmos questões do mundo do trabalho, como a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a questão da correção da tabela do Imposto de Renda, uma reforma tributária, porque ninguém pode trabalhar até maio pagando impostos... Uma agenda voltada à realidade da vida dos trabalhadores, como reafirmar a questão do acesso à saúde no Programa de Saúde da Família e o acesso à unidade básica de saúde 24 horas, há também a escola de tempo integral. Mas o principal é a discussão e representação dos trabalhadores no mundo político. Nós estamos convictos, depois de tudo que está acontecendo, de tudo que estamos vendo, de que é necessária, cada vez mais, a representação classista, a representação dos trabalhadores nas Casas

Parlamentares. É necessário que nós estejamos presentes para discutir a questão do mundo do trabalho.

E um exemplo que nós levamos para esse Congresso foi a questão da Previdência. Todo mundo fala da reforma da Previdência, todo mundo fala do lado do trabalhador, todo mundo fala que o trabalhador tem que dar a sua contribuição na questão da Previdência. Agora, ninguém fala dos credores da Previdência, ninguém fala do que devem os credores da Previdência. Os maiores credores da Previdência hoje, no Congresso Nacional, são os relatores da reforma da Previdência! Olha a hipocrisia, a sacanagem e a picaretagem que é essa questão da Previdência! Não é à toa que o Governo fica semanas e semanas adiando a questão da reforma da Previdência. Um Governo que se dá o luxo a isso, depois que um empresário, que se beneficia, foi viajar para o exterior dizendo que o Presidente da República é o chefe da grande quadrilha que manda no Brasil, no Congresso Nacional – manda no Congresso Nacional! Esse empresário disse que teme essa quadrilha, indo para um país e para outro por temer por sua vida e a vida de seus familiares.

Eu não tenho dúvida de que isto é verdade: nós temos uma quadrilha no Congresso Nacional de vários partidos políticos, instituída dentro do Congresso Nacional. Uma quadrilha que rouba os cofres públicos, uma quadrilha que não se intimida, uma quadrilha que se enraizou dentro dos poderes brasileiros, e vimos que, até dentro do próprio Ministério Público, tinha gente fazendo parte dessa quadrilha. Então, eu acho que nós, que nos adequamos a todas as crises; nós, trabalhadores, que sabemos o que queremos, que sobrevivemos a todas as crises, que chegamos aonde chegamos, trabalhando honestamente, trabalhando de dia e estudando, de noite, um curso profissionalizante, uma faculdade, atingindo os nossos objetivos, nós temos condições de dar um novo rumo a este País. E é esse novo rumo que nós queremos dar. Chega dessa política podre! Chega dessa política que só vem roubando dinheiro da saúde, da educação, dos cofres públicos brasileiros. Nós temos respostas para dar, e elas serão dadas na rua. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Eu estava conversando com o meu querido amigo, colega Wambert, uma das pessoas por quem tenho admiração por trazer suas opiniões aqui de forma muito explícita. Naturalmente a primeira lei da natureza é a diferença, isso sempre vai existir entre todos os seres humanos, não há nenhuma igualdade. Não sou igual a meu pai, nem à minha mãe, com quem tenho proximidade desde que nasci, imaginem a outra pessoa. Necessariamente ter uma diferença de opinião não significa não ter admiração e não ter carinho. Pessoalmente eu queria dizer ao meu colega que acho muito importante que ele traga esse debate e de forma a

expressar a sua opinião. Trouxe aqui, de forma honesta, a partir de sua opinião convicta, inclusive os bonequinhos que representam um feto equivalente a 12 semanas de gestação. E quero dizer que tenho admiração por pessoas que trazem debates fundamentalmente polêmicos. E eu até comentei com ele que eu acho que falta isto na política: coragem de fazer debates polêmicos.

Com relação à questão do aborto, de forma muito sincera, e estou sempre aberto a mudar, Ver. Professor Wambert, quero expressar que tenho uma opinião contrária, mas respeitosamente contrária. Justifico dizendo que há uma grande hipocrisia na questão do aborto no Brasil. Lamentavelmente temos uma sociedade que não se permite determinados debates, e eu diria não só quanto à questão do aborto, mas também quanto a drogas. Infelizmente o Brasil não tem coragem de fazer esse debate. Fundamento isso com os números que a Ver.^a Fernanda Melchionna comentou. Afirmo que não sou usuário de drogas nem sou favorável ao aborto, caso tivesse um filho. Todo mundo sabe que o aborto existe no Brasil, e essa é a grande questão. Não tratar isso com preconceito é fundamental para se pensar uma saída para a questão. Se existe aborto, legal ou não, a política brasileira tem que pensar nisso como saúde pública, porque infelizmente existe, queira ou não, esteja na lei ou não. E o que existe hoje são pessoas que morrem, pessoas que não têm acesso a uma orientação, à saúde pública, morrendo porque não têm condições.

Como pensar isso hoje? Eu, por exemplo, sei onde há cinco ou dez clínicas de aborto em Porto Alegre! Quem tem condições de pagar R\$ 5 ou 6 mil vai fazer um aborto! Essa é a verdade. Com a questão das drogas também. Ou alguém dúvida que a indústria das drogas no Brasil é mais organizada do que qualquer multinacional? Não há uma cidade sequer, hoje, com 150 habitantes, em que não entrem drogas, maconha, cocaína... E debater isso não é ser favorável. Eu nunca usei drogas, apesar de muitos não acreditarem. Nunca usei, porque tinha medo pessoal e nunca tive curiosidade de experimentar. Mas, reafirmo, sei que existe, e é mais bem organizada que a Coca-Cola! É mais bem organizada que grandes empresas! E debater isso é debater uma coisa que existe, queiramos ou não.

A questão da legalização das drogas, na minha opinião, é fazer aquilo que existe sair da mão do traficante para gerar dinheiro para a segurança, para a escola, para a saúde pública. Esse dinheiro, hoje, que é proveniente da maior indústria do Brasil, que é o tráfico de drogas, é real, está nos morros. E eu digo que a polícia fica enxugando gelo – eu, particularmente, tenho policiais que trabalham comigo. Hoje, em cada bairro de Porto Alegre, a exemplo de todo os bairros das grandes cidades, há 100, 200, 300 traficantes vendendo droga, e a polícia consegue prender somente aqueles traficantes aparentes, três, quatro. E esses, logo que são presos, vão para o Presídio Central encher as celas e, meia hora depois, tem mais três, quatro. Ou seja, é um dinheiro... E tem que se pensar, porque a droga existe, quem quiser comprá-la vai comprar. Assim como quem quiser fazer aborto vai fazer. Só que, lamentavelmente, discutir isso de forma aberta gera muito preconceito. E aí quem não tem condições coloca uma agulha de tricô, toma remédio abortivo e faz nas condições que se tem.

Eu achei muito importante, quero parabenizar aqui o Ver. Professor Wambert por ter tido a coragem de trazer esse debate de forma franca.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Presidente Cassio. Boa tarde aos colegas Vereadores e Vereadoras. Não ia falar, mas, já que foi pauta aqui na tribuna, não poderia deixar de fazê-lo neste momento e me furtar, nesta segunda-feira, de comentar sobre a reintegração de posse do prédio Lanceiros Negros. Reintegrações de posse, das quais muitas participei, são sempre complexas e tristes. Complexas porque, por parte da Brigada Militar, não se sabe o que se vai encontrar nesses locais, não se sabe o quanto as pessoas vão resistir, não se sabe exatamente o que terá ali dentro daquele prédio, daquele condomínio ou daquela casa. Triste também, porque, com certeza, ali existem pessoas que necessitam de um abrigo, de um local para morar, que têm crianças que estavam com esperanças, mas, no entanto, há necessidade de se fazer valer o estado democrático de direito.

Para aqueles que não sabem – há muita filosofia em nome deste nome bonito que está lá na nossa Constituição do Estado –, o que é o estado democrático de direito? É aquele que tenta promover o equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, e tem essa difícil e delicada regulação. Cada parte, numa reintegração de posse, tem seus motivos, e, diante do impasse, é a justiça que vai dirimir esse conflito. Tomada a decisão por parte da justiça, e muitas vezes uma das partes nega-se a cumprir, como acontece há dois anos com a invasão dos Lanceiros Negros, a Justiça utiliza o seu braço repressivo, que é a polícia. Aqui no Estado é a nossa Brigada Militar.

A ação da Brigada Militar neste caso foi uma ação legítima, respondendo ao apelo, ao mandamento da Justiça. O oficial de justiça que lá estava chegou por volta das 19 horas, e manifestantes com camisetas do movimento de lutas dos bairros e que se intitulam não políticos – e sabemos aqui que, sim, há cunho ideológico, inclusive muitos dali foram candidatos a Vereador e a Deputado – estavam obstruindo a porta de entrada, com megafones bradando que não iriam permitir a retirada de ninguém dali de dentro, que não iriam desocupar aquele prédio. A prática de ocupações, invasões legais e depredações dos bens públicos não é mais aceitável, a população não aguenta mais esse descaso. Lamentável – há de se dizer aqui nesta tribuna – é que os atos de resistência, Ver. Mauro, foram e são ainda estimulados por aqueles que têm o dever de cumprir e respeitar as leis e não obstruir o cumprimento das decisões judiciais. E aqui faço valer que muitos Deputados, Vereadores que ali estavam têm o dever de cumprir a lei. Ilegal? Não foi, Ver.^a Fernanda, porque havia uma decisão judicial de se fazer a reintegração na parte da noite, porque, para os menos esclarecidos, na Rua da Praia, ali com a General Câmara, tem muita circulação. Então, para a proteção de quem passava, para a proteção dos policiais e de quem teria que sair dos prédios, o melhor horário seria

a partir das 19 horas. Brutal não foi, Ver. Robaina, porque a Brigada Militar agiu no limite da sua força, de acordo com a quantidade de arruaceiros que queriam se aproveitar daquela situação.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: A violência que aqui tanto foi falado por parte de alguns Vereadores, que a Brigada Militar é truculenta, que usou da força, eu digo que violência foi o quebra-quebra no Centro da Cidade, violência foram os artefatos, como esses que estão nesta foto, que foram encontrados dentro do prédio Lanceiros Negros, e a imprensa nada falou. Havia coquetel *molotov*, bодоques, óleo, gasolina. Com certeza, os que lá estavam eram criminosos, porque isso é material de gente criminosa. E, por certo, eram alguns grupos tentando manipular aquelas pobres pessoas que humildemente tentavam ter um abrigo. Brutalidade acontece quando há reação de uma parte, quando há incentivo de maus políticos que usam a humildade e a carência de pessoas que estão em situação mais vulnerável. Quero dizer parabéns à Brigada Militar, por todo o seu trabalho.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores, eu gostaria de aproveitar este tempo de liderança para falar sobre um dos projetos do Executivo que está para ser votado – se não hoje, na quarta-feira, vamos ver como ficará o ritmo de votações –, que diz respeito à nossa previdência no Município. Eu tive estudando bastante o tema nos últimos dias e acho muito importante que todos os Vereadores aproveitem para aprofundar o conhecimento sobre a situação em que se encontra a previdência do Município e sobre essa proposta de alteração da alíquota previdenciária de 11% para 14%. É bem interessante que na CEFOR – Comissão de Finanças e Orçamento – os demais Vereadores e eu, que compomos a frente, pudemos ter a apresentação do Secretário a respeito do tema, e estejamos, talvez, um pouco mais por dentro. Hoje são em torno de R\$ 650 milhões que a Prefeitura aporta na previdência do Município para completar esse rombo financeiro que temos. Esses R\$ 650 milhões é mais do que temos hoje disponível para investimentos no Município.

É importante dizer que antes de 2001 não existia nenhuma contribuição de parte dos servidores para a previdência. Foi a partir de 2001 que se iniciou a contribuição dos servidores, de pouco mais de 4%, e ela foi evoluindo ao longo dos anos, chegando, hoje, aos 11%. Nós temos dois regimes previdenciários aqui em Porto Alegre, até 2001 vigorou o regime de repartição simples, que basicamente se trata de uma pirâmide financeira, que necessita de servidores trabalhando para que sejam pagos os trabalhadores aposentados. Isso não existe mais, hoje é o regime capitalizado, que

um modelo onde há um fundo, muito mais sustentável, mas, dada a situação da nossa previdência e o modelo anterior, há mais pessoas aposentadas do que servidores ativos para contribuir para a previdência, o que resulta nesse déficit existente.

Cabe ressaltar que no Governo do Estado, o Governador Tarso Genro fez uma proposição de elevação da alíquota de 11 para 14,5%, que teve votação ampla de todas as bancadas e foi aprovada, depois foi derrubada na Justiça e voltou essa taxa de 14,5% para 13,25%, por entender, também, o Governador Tarso Genro, na época, que essa matéria era de extrema importância para permitir que os servidores recebessem alguma aposentadoria no futuro.

Estamos vendo, agora, essa mesma discussão aqui no Município. Uma parte dos Vereadores está preocupada, e eu acho que deveria estar preocupada com que os servidores do Município recebessem no futuro suas aposentadorias como merecem. Para isso, a gente precisa fazer com que exista dinheiro na conta para pagar esses servidores.

Vejam que, de acordo com a legislação, o servidor municipal contribui com 11% do seu rendimento para a previdência, e a Prefeitura, enquanto patronal, contribui com o dobro disso, com 22%. Isso é o que diz na lei, no regramento. Na prática, o que está acontecendo hoje é que a Prefeitura contribui nove vezes, em vez de duas vezes, o valor que o servidor contribui. Mesmo assim, mesmo a Prefeitura bancando nove vezes mais do que deveria, não é suficiente para arcar com esse déficit, por isso o Executivo fez essa proposta de elevar de 11% para 14%. Na minha opinião, até o modelo de previdência que tínhamos no passado é muito ruim e levou a esse cenário em que agora nós precisamos decidir sobre um aumento de alíquota de 11% para 14%. O que não é muito diferente do que já é praticado no Governo do Estado do Rio Grande do Sul e que também é praticado em outros Estados brasileiros. O Rio de Janeiro, recentemente, fez essa mesma movimentação, o Governo de Santa Catarina também possui a alíquota em 14%. E é muito melhor que os servidores contribuam com um pouco mais – 3% a mais de incremento – para garantir que recebam algo do que, efetivamente, barrarmos em qualquer mudança e que depois eles arquem com o prejuízo: não recebendo previdência alguma. Claro que esse projeto é um dos projetos que tenta sanar as contas do Município, ele não resolve isso sozinho, por isso é importante que a gente faça um debate aprofundado sobre o tema, porque ele é muito grave. E a situação financeira não é uma pauta simples, é uma pauta complicada, é uma pauta bastante técnica, então é bom que a gente venha debater isso com propriedade e com a profundidade que merecemos e que o servidor público merece com esse tema, para que não incorramos em nenhum erro, nenhuma falha técnica e acabemos por prejudicar uma remuneração futura de previdência de muitos servidores que estão esperando pela previdência, estão esperando para e aposentar e que esperam, efetivamente, no futuro, ter esse rendimento para viverem suas vidas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: ...Obrigado, Presidente, quando, efetivamente, deixarem seu trabalho no serviço municipal e puderem aproveitar e gozar de sua aposentadoria que tanto merecem. Então trago aqui essas primeiras informações e gostaria que esse debate fosse bastante aprofundado. E estou à disposição para ajudar e, enquanto membro da Comissão de Finanças e Orçamento, nesses aspectos mais técnicos, já que são muito importantes que sejam bem dirimidos. A previdência hoje que é de R\$ 650 milhões de contribuição da Prefeitura, está prevista para custar para o caixa da Prefeitura quase R\$ 1,7 bilhão num futuro próximo. Isso é quase um sexto do orçamento total da Prefeitura, então é muito dinheiro que pode ser deixado de ser investido em segurança, em educação e posto de saúde, se a gente não fizer uma boa administração agora, também, de como vão ser alíquotas e de como isso vai ser repassado. Então, pela atenção de vocês, muito obrigado e sigo à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h42min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 3827/11 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/11, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que proíbe a concessão de Alvará de Localização e Funcionamento, de Autorização para o Funcionamento de Atividade Econômica ou de qualquer outra licença municipal a empresas que prestem serviço de guarda e vigilância mediante a utilização de cães de guarda.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 14-06-17 (quarta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 211/11, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 211/11, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, venho encaminhar aqui, conforme acordo feito na votação deste projeto, uma emenda apresentada pelo Vice-Líder do Governo, Ver. Moisés Maluco do Bem, e o relatório do Ver. Dr. Thiago, da CCJ, conforme os acordos construídos nesta Casa, houve um equívoco na hora de fazer este veto. Nós encaminhamos pela derrubada do veto a este projeto do Ver. Idenir Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 211/11, com Veto Total (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 31 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**. Rejeitado o Veto Total.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1711/15 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/15, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que libera a circulação de veículos leves nas faixas e nos corredores exclusivos para ônibus, nos dias em que ocorrer greve do transporte público no Município de Porto Alegre com a efetiva paralização desse serviço.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 16-06-17 (sexta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 156/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 156/15, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e todas, eu quis olhar aqui, porque confesso que, por um momento, eu fiquei na dúvida de como tínhamos votado no dia da aprovação do projeto. Nós votamos “não” por uma razão bem simples, independentemente do que está acontecendo na Cidade, se está acontecendo uma manifestação, uma greve, enfim, as inúmeras situações que quem vive numa Cidade sabe que podem ocorrer, ainda mais em tempos como estes em que vivemos. Mas acontece que – eu devo ter falado isto, quando justifiquei aqui o nosso voto contrário – a faixa exclusiva do ônibus é para o transporte coletivo, para dar mais fluidez para o transporte coletivo. Portanto, permitir que os automóveis – o transporte individual motorizado – circulem na área destinada ao transporte coletivo em apenas alguns horários... Porque essa área não funciona o tempo todo, ela tem o horário da manhã e o horário da noite, o horário de pico, em que ali o transporte coletivo tem que fluir melhor – para isso são justamente as faixas exclusivas do transporte coletivo. Permitir, então, que nesse horário, porque está acontecendo alguma circunstância – aqui, no caso, fala em greve geral –, o transporte individual, ou seja, o motorista do automóvel vá para a faixa exclusiva, causando transtornos para o transporte coletivo, não me parece ser a melhor ideia. Estávamos conversando aqui rapidamente, este projeto foi votado aqui em 3 de abril, o veto só chegou agora, votamos contrariamente ao projeto, que acabou passando, mas estamos aqui justificando o voto contrário, que foi por uma questão legal, já que está lá, na lei de mobilidade urbana, que a prioridade é do transporte coletivo, e o seu projeto acaba interferindo na fluidez do transporte coletivo. Então, é nesse sentido, não vou nem gastar os minutos finais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 156/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 156/15, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este é um projeto de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. No início, ele falava dos corredores de ônibus; depois, a pedido da Empresa Pública de Transporte e Circulação, o Ver. Mendes Ribeiro fez uma emenda instituindo que os veículos leves poderão usar as faixas azuis – hoje em dia, temos várias na Cidade – nos dias de greve. A Empresa Pública de Transporte e Circulação, no dia em que votamos este projeto, deu acordo, então nós estamos encaminhando, em função do acordo que foi feito, a derrubada do veto, a favor do Relator da CCJ. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 156/15, com Veto Total, como autor.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho aqui agradecer as palavras do Líder do Governo, o Ver. Cláudio Janta, porque, realmente, aconteceu o que o Vereador disse: este projeto foi feito em acordo com a EPTC, aqui estava o Rodrigo quando a gente discutiu, e fizemos a emenda para facilitar a vida da EPTC e fazer um projeto do qual Porto Alegre e a população vão se beneficiar. Eu queria que o Ver. Marcelo lesse os projetos antes de vir aqui falar; como é que vai atrapalhar o trânsito se vai haver greve? Não vai ter circulação de ônibus. Então este é um projeto em acordo com a EPTC – a EPTC está ciente –, é um projeto sem custos para o Município. Isto é o mais importante: é um projeto sem custo nenhum. Com certeza, naquele dia difícil de paralisação, vai ajudar e colaborar com a vida do cidadão no seu dia a dia. Então eu peço aos colegas que derrubem o veto e que a gente aprove este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 156/15, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 28 votos **SIM**, 04 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Rejeitado o Veto Total.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 119/17, passar à votação do Requerimento nº 133/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 119/17 – (Proc. nº 1528/17 – Ver. Dr. Thiago e outros) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Hospital Parque Belém.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 119/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 133/17 – (Proc. nº 1724/17 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 26 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 25 anos da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – AGAFAPE.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 133/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passo a ler o Ofício nº 640/17, do Sr. Prefeito Municipal, conforme Processo nº 1.225/17 (Lê.): “Sr. Presidente, cumprimentando-o, cordialmente, comunico a Vossa Excelência a recondução do servidor Francisco Carlos de Oliveira Soares, de 20.02.2017 a 31.03.2019, no mandato de Corregedor-Geral da Guarda Municipal, em Regime de Dedicção Exclusiva. Isso posto, solicito a Vossa Excelência o rito legal e necessário, conforme preceitua a Lei 9970, de 30 de maio de 2006, artigo 7º, nessa egrégia Casa Legislativa.” Então, foi o encaminhamento do Sr. Prefeito para o Corregedor-Geral da Guarda Municipal. A Lei nº 9.970 de 30 de maio de 2006, no seu art. 7º diz que (Lê.): “O Ouvidor-Geral e o Corregedor-Geral serão indicados pelo Prefeito Municipal, sabatinados em reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ com a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, sendo seus nomes submetidos ao Plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre”.

Temos o parecer da reunião conjunta das comissões, realizado no dia 13 de junho de 2017, pela aprovação por unanimidade dos Vereadores presentes, conforme ata da reunião em anexo. Pergunto se está devidamente esclarecido ou se os Vereadores necessitam de mais algum esclarecimento. (Pausa.)

OFÍCIO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

OFÍCIO nº 640/17 – (Proc. nº 1225/17 – Governo Municipal) – comunica a recondução do servidor Francisco Carlos de Oliveira Soares, de 20 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2019, no mandato de Corregedor-Geral da Guarda Municipal, em regime de Dedicção Exclusiva.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Ofício nº 640/17, conforme Processo nº 1.225/17, quanto à recondução do servidor Francisco Carlos de Oliveira Soares no mandato de Corregedor-Geral da Guarda Municipal. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, pedi para encaminhar a votação do Ofício, porque temas assim, obviamente, merecem uma discussão profunda. E aqui não se trata de uma discussão em relação ao servidor Francisco Carlos de Oliveira e a sua indicação para Corregedor da Guarda Municipal até 2019; trata-se do método utilizado na composição das corregedorias e das ouvidorias, que não é um demérito só de Porto Alegre, mas que tem sido, via de regra, uma forma de perpetuar problemas em relação, primeiro, a possibilidade de determinadas críticas, determinadas situações de assédio não serem levadas adiante, e, muitas vezes, o funcionário ser criminalizado. Nós tivemos um caso na Guarda Municipal no ano de 2013, que nem era esse corregedor, era outro ouvidor. Foi um caso muito grave de denúncia de assédio moral, foi gravíssimo, que a servidora reportou à ouvidoria como forma de levar adiante as suas queixas, necessárias, com relação ao serviço público. O ouvidor, que era indicado, como é via de regra, não só não deu sequência como criminalizou a funcionária detentora de cargo público, concursada, diante de uma situação gravíssima. Foi o caso de uma mulher que, quando o chefe não gosta, é atacada de histérica, de louca, etc., como comumente acontece com as mulheres, uma reprodução clássica do machismo. Esta Câmara fez uma audiência pública e nós conseguimos a recondução dessa servidora, e numa parceria com a Câmara de Vereadores, a SMA e a Comissão de Direitos Humanos, fizemos uma série de seminários sobre assédio moral e como isso acontece no serviço público. Então, em relação à ouvidoria, da mesma forma, a questão da corregedoria. A corregedoria deveria ser uma carreira de Estado, formada mediante concurso e não só na Guarda Municipal, também na Brigada Militar, e também em todas as esferas que são esferas de correição e que deveriam conter, e que deveriam punir, e que deveriam investigar casos de abuso, de violência, de má condução de uma forma geral. Nós temos denúncias na Corregedoria da Brigada em que, por exemplo, num loteamento urbano se teve casos gravíssimos de abuso, violência contra uma jovem de 17 anos. Essa menina foi arrastada pelos cabelos, acabou no Marinha, num dia em que botaram até crianças de sete anos no paredão, como forma clássica de criminalização da pobreza. A denúncia foi feita na Corregedoria, que apresenta o mesmo método de indicação que nós estamos vendo no Município de Porto Alegre. O que aconteceu com os policiais envolvidos? Nada. O que aconteceu com a denunciante? Parecia que ia ser presa durante a condução do processo – inclusive o Dr. Lemes acompanhou boa parte desse processo que eu relato aqui na tribuna para os Vereadores e Vereadoras.

As jornadas de junho de 2013 em que nos fizemos as denúncias foram na Corte Interamericana dos Estados Americanos; o relatório das violações de Porto Alegre é de minha autoria, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, com a assinatura de quatro Vereadores que compunham a Comissão. Quais foram os casos punidos de violência, tortura, prisões ilegais? Nenhum. Há o Relatório sobre tortura e violência policial na ocupação Mais Bela Vista em Porto Alegre. Ou, se nós pegarmos o caso da Guarda, o episódio na frente da SMA, agora no dia da greve geral.

E eu conheço e respeito a ampla maioria dos servidores da Guarda Municipal, que tem uma formação extremamente qualificada, e nós temos não só

respeito como apoio às reivindicações, como o risco de vida, como a questão da mudança do padrão, inclusive do chamamento do concurso público. Mas houve, sim, uma ordem do Governo Marchezan de utilizar os servidores da Guarda como tropa de choque com seus colegas! E aí, se tu vais fazer denúncia, vai sair num Corregedor indicado pelo próprio Governo.

Então quero deixar esse registro: que não se trata de uma análise do nome ou não do Francisco, de como foi feita essa sabatina; mas se trata do método. Nós votamos contra a indicação. É preciso ter uma carreira separada por concurso público para garantir uma corregedoria independente e capaz de fazer justiça.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; a Ver.^a Fernanda, ao final me faz uma referência que não há impugnação ao nome do Corregedor que há de ser por força da determinação legal, confirmado aqui na Casa. Em verdade, o presidencialismo do Brasil às vezes oferece algumas surpresas. O certo seria, num Governo parlamentar, que houvesse, de todos os Secretários Municipais, Diretores de autarquias, a chancela da Câmara de Vereadores. Neste particular, é uma inovação positiva porque os escolhidos, os indicados, são submetidos previamente a exame das Comissões – no caso específico da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e da Comissão de Constituição e Justiça –, e tem, ao longo do tempo, inclusive lembro bem que na primeira oportunidade que este cidadão foi indicado, eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, participei da sabatina, e ele se mostrou em condições, e, de lá pra cá, ele tem sido reconduzido para as funções, inclusive com Prefeitos diferentes, no caso concreto em que a última indicação dele tinha sido feita pelo Prefeito José Fortunati. Então, respeitosamente, a Ver.^a Fernanda coloca algumas posições mais doutrinárias do que materiais, no caso concreto. Acho que fica bem situado, respalda sua posição, respeita. E isso não obstará de que, especialmente em função de que, na sua Comissão, na Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos, na palavra do seu Presidente e seus dirigentes, foi satisfatória a sabatina ali realizada, que nós possamos hoje, com tranquilidade, cumprirmos o dever regimental e sacramentado na indicação do Sr. Prefeito do nome do cidadão que, a rigor, é submetido a esta Casa. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Vereadores, quero aqui, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Segurança Urbana, afirmar que realmente a Comissão, em conjunto com a CCJ, comandada pelo Presidente Mendes Ribeiro, ouvimos lá o servidor Francisco Carlos de Oliveira Soares, que tem um currículo vasto e oriundo da Polícia Civil. Existe, sem dúvida, uma estranheza àqueles que não querem admitir de que a Guarda Municipal pertence à Segurança Pública Urbana, portanto tem atribuições. E o Prefeito atual, junto com o Secretário de Segurança do Município, Kleber Senisse, ampliou as atribuições da Guarda Municipal, trazendo a unificação. Sem dúvida, a Guarda Municipal, com suas atribuições, estava muito... Alguns órgãos do Município, como o DEMHAB, se não me engano, o DMAE, tinham as suas Guarda Municipal, e hoje ela está unificada, ou seja, abrange uma quantidade maior com tarefas uníssonas, que pode, através do Secretário Kleber, ter mais amplitude no Município, nas suas tarefas fundamentais. Às vezes, isso estranha um pouco àqueles que entendem que a Guarda Municipal deve fazer aquilo que está a cargo somente das entidades sociais, não, ela é uma regulamentadora. Quando ela sentir que tem que usar a força como atribuição dada pelo Município, ela tem que colocar ordem. Não pode deixar que ela faça aquilo que alguns querem, não, ela é de competência do Município. Para terem uma ideia, o corregedor já prestou contas antecipadamente a uma questão que aconteceu no ano passado, ou no início deste ano, não me recordo a data precisa, num caso em que um servidor da Guarda Municipal assassinou um jovem, coincidentemente da minha terra, São Borja, no bairro Medianeira, ele não estava em serviço. E esse corregedor já começa a atuar nessa ação cível e naturalmente está acompanhando, mas já deu a informação. E o corregedor, como nós falamos, foi aprovado por unanimidade. Eu não vou aqui lembrar aqueles que estiveram presentes, mas estavam a CCJ e também a CEDECONDH. Eu lembro que o Ver. Adeli Sell estava presente, que faz parte da CCJ. E nós arguímos ali a sua competência, o seu perfil, se ele se enquadrava realmente nesse trabalho. E ele me pareceu; pareceu não, afirmou ser competente para tal. E isso fez com que a CCJ e a CEDECONDH aprovassem por unanimidade, naquele momento, conforme lei. Se alguém quer arguir a inconstitucionalidade da lei, ou quer alterar a lei, bom, que busque alternativa para tal, mas o que nós fizemos na CCJ junto com a CEDECONDH foi ouvi-lo e aprová-lo conforme a sua competência, Presidente. Portanto é este o relato que eu faço: uma pessoa competente, e tenho certeza que dará muito mais condições naquele aspecto da Corregedoria da Guarda Municipal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Presidente, colegas, Vereadores e Vereadoras; nesta Câmara de Vereadores alguns nobres colegas têm a

mania de ser cavaleiros do apocalipse, que antevêm coisas ruins a acontecer. Eu fico impressionada com isso. Com uma péssima atitude, a meu ver, de usar de preconceito para com alguns agentes da segurança pública, como se a segurança pública fosse a grande vilã dessa questão. Estamos falando aqui de um corregedor que está sendo indicado, que é delegado de polícia, com vários cursos, com formação de nível superior, pós-graduado, ele fez vários cursos – os Vereadores que não viram e estão votando somente por achismo, é importante que se leiam as coisas que estão no processo. Fizemos a sabatina desse delegado. Com certeza, uma pessoa com muita competência, com muito esclarecimento do que significa corregedoria. Fico preocupada também com pessoas, pelo achismo, estarem falando da Corregedoria da Brigada Militar, e aí inventam outras coisas que não têm nada a ver. Nós estamos pautados para avaliar o “sim” ou “não” para um corregedor que nos foi apresentado, um delegado de polícia – e não tem nada contra ele, pelo contrário – que prometeu na sua carreira seguir a legislação e fazer uso da justiça sempre, então me preocupa os Vereadores que são contra por mero achismo. Temos que trabalhar com mais coerência, com mais proatividade, pensando no bem de Porto Alegre, e não ideologicamente como alguns aqui estão fazendo.

Sou Vice-Presidente da CEDECONDH, como o nosso Presidente, Ver. Cassiá Carpes, bem falou, ele foi sabatinado exaustivamente pela CEDECONDH e pela CCJ, recebendo unanimidade na aprovação. E é isso que venho solicitar aos colegas Vereadores, que votem a favor desse corregedor indicado pela Secretaria de Segurança do Município. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, peço licença aos Vereadores do PT, aos Vereadores Adeli, Marcelo, etc, pois não sou pessoa de fugir da polêmica. Em primeiro lugar, Ver.^a Comandante Nádia, aqui não tem achismo. Quando quiser polemizar conosco, polemize, nós temos nomes. Aqui não tem achismo. Aqui tem militância de nove anos e algumas experiências no Município de Porto Alegre. Tu podes querer ignorar, porque tu queres defender um outro lado, mas tu podes, de fato, entrar e te ater aos fatos.

Em segundo lugar, nós não temos nenhuma dúvida com relação à forma de indicação que está sendo feita, como, aliás, sempre foi feita pela lei, e que é um problema, já que as corporações se indicam e a Corregedoria é feita por integrantes indicados pelo Governo, e deveriam investigar determinados desvios de conduta. Nós não temos dúvidas de que esse método está equivocados. Quem prestou atenção à minha fala deve ter visto a profundidade da análise feita, e aqui não se trata de cavaleiro do apocalipse, trata-se de analisar fatos concretos que ocorreram no Município de Porto Alegre, que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul.

Em terceiro lugar, nós não temos preconceito com nenhum funcionário da segurança pública, agora, toda vez que houver violência policial, que houver injustiça, terá, sim, obviamente, a nossa crítica. Assim como toda vez que os trabalhadores da segurança precisarem ser defendidos diante das injustiças e arbitrariedades do Governo, serão defendidos. Porque eu não vi a Ver.^a Comandante Nádia nas marchas dos brigadianos pedindo o seu salário, que o Governador do seu partido cortou! Eu nunca vi a Ver.^a Comandante Nádia junto com as mobilizações da Polícia Civil contra o pacote do Sartori. Nunca vi! E nós, do PSOL, estávamos lá. Nós, do PSOL, estávamos apoiando a luta real dos trabalhadores da segurança pública. Como também estivemos apoiando os trabalhadores da Guarda Municipal, quando lutaram pelo risco de vida, quando lutaram contra o assédio moral, quando lutaram pela mudança do padrão. E seguiremos defendendo-os. Nós os defendemos no governo passado e seguiremos fazendo isso frente aos ataques do Marchezan.

E eu acho que para falar de alguma coisa nós temos que conhecer. A Nádia veio aqui, falou dos Lanceiros Negros, mas ninguém a viu lá nos Lanceiros Negros, ela trouxe umas fotos que não sei de onde tirou, porque lá ela não estava. Estava a Ver.^a Sofia, o Ver. Roberto Robaina, o Pedro Ruas. Eu também não estava, deixei com que o Vereador que estava lá na quarta-feira falasse. Agora, se ela tem um problema ideológico com aqueles que lutam pelo direito à moradia e não aceitam que sejam tratados como bandidos, como criminosos, ela que diga. Se ela acha que tem que ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente chegando às 20h, botando crianças e bebês na rua, submetendo-os ao gás lacrimogêneo, que diga na tribuna, mas que não traga fotos de um lugar onde ela não esteve e, ao mesmo tempo, chame de agitador quem estava lá.

E eu não sou mulher de fugir de polêmica, quando eu faço polêmica, dou nome e sobrenome e lhe recomendo – a senhora que está chegando agora – que faça o mesmo. Não nos ataque, tergiversando pelas laterais, porque nós nunca vamos fazer isso, vamos olhar frente a frente e vamos dizer que esperávamos que a senhora falasse da segurança pública com a realidade que ela é. Porque a segurança pública está um colapso, uma catástrofe, fruto justamente do Governo do seu partido, do PMDB. A senhora veio à tribuna nos atacar, fazer fraseologia com a nossa oposição com relação ao corregedor e ainda trazer argumentos que, por favor, lhe recomendo que estude mais um pouco e que ouça antes de sair fazendo polêmicas vazias, pequenas e demagógicas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Ofício nº 640/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, da nossa Líder, Ver.^a Sofia Cavedon; do Ver. Oliboni, do Ver. Sgarbossa, encaminho, porque estamos, na verdade, falando aqui do mandato do Corregedor-Geral da Guarda Municipal em Dedicção Exclusiva. Eu tive a oportunidade, na Comissão de Constituição e Justiça, de ouvir a pessoa

indicada, um delegado de polícia. Tivemos uma conversa muito interessante, primeiro porque o currículo do delegado é muito extenso e de um típico profissional desse segmento, com cursos muito técnicos, sobre várias áreas. Nas coisas que ali foram colocadas, chamou-me atenção o compromisso que ele assumia sabendo que era uma atividade complexa e espinhosa, mas deixou muito claro que a sua atividade se pautaria pela condução técnico-profissional. O voto dos nossos quatro Vereadores vai se pautar pelo currículo do profissional e pelo que deixou registrado, está em ata, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu também sou autorizado pelo Presidente da CCJ de que posso falar em nome coletivo, porque exatamente isso que aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça, como diz o Presidente Mendes Ribeiro. Nós vamos nos pautar por isso. Não quero entrar nesse momento em nenhuma outra polêmica, até porque eu passei para os seus WhatsApp uma postagem que fiz no dia 15, dia de Corpus Christi, sobre os lastimáveis episódios ocorridos na Ladeira. Isso eu deixo para um debate pontual sobre segurança pública, sobre a questão da desorganização da habitação e da questão fundiária no Município de Porto Alegre.

Deixo para um debate que quero fazer, se possível num Grande Expediente, sobre esse tema, porque aí nós vamos discutir essa questão sob o ponto de vista do direito. Mas, como se trata de uma questão bem pontual, da indicação para um mandato com dedicação exclusiva do Corregedor-Geral da Guarda, eu quero ficar apenas e exclusivamente na questão do currículo do referido cidadão e da reunião que nós tivemos na CCJ. Para que as coisas sejam postas de um modo mais técnico-profissional, eu fico apenas nessas questões. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Ofício nº 640/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Roberto Robaina.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1307/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/17, que altera o *caput* do art. 3º da Lei nº 11.964, de 30 de novembro de 2015, que cria Cargos em Comissão (CC) e Funções Gratificadas (FG) a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Secretaria Municipal de Gestão (SMGEs).

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 004/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 004/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, um dia eu fui provocada aqui pelo Ver. Moisés porque eu nunca elogio o Governo, e eu disse para ele que iria provar que elogiava em alguns momentos. E já elogiei no tema do teto, mas é que o Ver. Moisés, às vezes, não me escuta. Disse que foi corajoso e foi importante sobre o tema do teto salarial. Nós cobrávamos antes, inclusive a bancada do Partido dos Trabalhadores tem projeto de lei andando nesta Casa. E quero agora, de novo, dizer que, neste tema dos CCs, da SMED, nossa bancada votou contra, como a uma série de projetos. Na época, eu nem pude votar porque foi na Semana da Consciência Negra e estávamos com uma bancada toda negra aqui, estava a Ver.^a Pérola e outros. E os nossos Vereadores, Ver. Adeli Sell, é que votaram contrariamente; mas nós já tínhamos acumulado uma opinião de que não tinha necessidade de criar CCs para um projeto específico lá na Secretaria Municipal de Educação, porque nós entendíamos e dizíamos que tinha quadro técnico funcional na SMED que poderia dar conta do trabalho, sim. Porque a Secretaria de Educação, na sua grande maioria, inclusive na estrutura administrativa, é formada por professores qualificados. E aí também, Ver. Luciano Marcantônio, ali há muitos professores que não estão na sala de aula porque estão tocando a Secretaria. Eu sei que o Secretário Adriano colocou muitos de volta nas escolas, reduziu o seu time. Não sei como está lá a Secretaria, mas eu já fui Secretária Adjunta e nós tínhamos 20 CCs para cinco mil servidores. É uma secretaria desse tamanho, com alguns cargos comissionados; e sempre apostamos nesses funcionários e nessas funcionárias para o planejamento, para a supervisão, para assessoria pedagógica, e isso é necessário. Nós não podemos imaginar, Ver. Prof. Alex Fraga, que educação é só o professor e o quadro na frente. Não é possível, porque educação precisa de planejamento, precisa de assessoria, precisa de formação, precisa de atendimento aos pais e mães, precisa de atendimento individualizado aos alunos, precisa que se acompanhe a rede de atendimento.

Hoje, pela manhã, estávamos o Ver. Luciano Marcantônio e eu num debate com o Secretário de Educação, aqui na TVCâmara, e eu apresentava, Ver. Tarciso Flecha Negra e Ver. Alvoní Medina, o relatório da escola que vocês foram visitar inclusive. Foi uma assessora minha que os acompanhou, eu não pude ir à Escola Municipal Martim Aranha, pois tinha uma agenda importantíssima que não tinha como modificar. E o relatório da Escola Martim Aranha mostra uma falta de professores de 200 horas. O Ver. Prof. Alex Fraga falou em Comunicação de Líder hoje: 200 horas na Martim Aranha, que é uma escola da Vila Cruzeiro, uma escola que enfrenta

vandalismo, ginásio com sérios problemas, que tem só um guarda à noite. Então, não havia nada que justificasse criar CCs na SMED para acompanhar a execução de recursos buscados em financiamento exterior, se havia equipe de planejamento na SMED, se havia equipe de assessoria; tanto que o Secretário acabou colocando vários na escola.

Então, eu quero dizer aqui, Ver. Moisés Maluco do Bem, presta bem atenção: estou elogiando a extinção desses CCs da Secretaria de Educação. A minha crítica é para traz, Ver. Matheus, para as escolhas anteriores, e nós, inclusive, votamos contra. É para traz, prestem atenção, na criação, que foi no ano passado ou retrasado, não sei há quanto tempo esses CCs já são utilizados. É isso que quero dizer, e também dizer que sim, nós precisamos que se nomeiem professores. Tem uma falta absoluta de professores em todas as escolas. A infraestrutura começa a ficar com problemas, e o tema da segurança é o segundo problema mais sério. E esse é um levantamento que o Ver. Tarciso, que é o nosso Presidente da CECE, além das visitas, pediu para a sua assessoria ligar para cada escola por sua conta – não é um Vereador da oposição. Então acho que é muito importante essa extinção, e a nossa bancada vota a favor e vota a favor dizendo: nomeiem, invistam em professores e monitores para a sala de aula.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 004/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, vejo que outro bageense lhe faz referências elogiosas lá de Bagé. Isso é importante. Quando se recebe elogios de infância, é muito bom.

Srs. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje é um dia realmente diferente aqui na Câmara. Quando eu vejo a Ver.^a Sofia aplaudir um projeto do Governo, eu acho que os tempos estão mudando, Ver. Nedel. Eu encontrei o Prefeito agora, ao meio-dia, em um almoço onde o Dr. Luis Roberto Ponte tomou posse como Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. E eu queria fazer um elogio a isso. Com 83 anos de idade, depois de ter sido Deputado Federal e ter sido Ministro Chefe da Casa Civil, o Luis Roberto Ponte não tem nenhum problema em ser Presidente de uma Sociedade de Engenharia. Então eu queria enaltecer essa figura. Luis Roberto Ponte é uma grande figura do Rio Grande e teve uma grande posse hoje. E vi o Prefeito Marchezan, o Governador Sartori, grande lideranças deste Estado lá, compartilhando boas ideias. E essa ideia de se extinguir esses CCs que estavam desnecessários, eu acho que tem que ser aplaudido, votado, e esses CCs têm que ser extintos. Também acho que se faltarem professores na sala de aula, eu daria a sugestão de já buscar aqui na Câmara, pois temos professores aqui, cedidos, que vão para a sala de aula também. Vamos todos para a sala de aula. Acho que é bom, não precisamos de professores cedidos para os Vereadores se

está faltando lá na escola. Temos que começar por nós, não é só acabar com os CCs, é colocar as pessoas onde precisam estar. A sala de aula é um lugar que, se precisar de professor... Eu não tenho nenhum cedido do Município, nenhum professor, nenhum servidor. Eu tinha, no ano retrasado, uma gari do DMLU, que já se aposentou, prestou um bom serviço, foi embora, mas não tenho mais nenhum.

Mas quero, com isso, dizer que sou a favor e vou votar a favor do Governo. E vou continuar insistindo que CC desnecessário não precisa ser preenchido. Vejo que tem muitos CCs não preenchidos no Governo Marchezan, e espero que continue assim, pois a sociedade quer e precisa que se dê o exemplo, desde o Prefeito até os nossos, os cedidos, enfim, todas as pessoas. E os cedidos trabalham muito em todos os lugares onde estão, e talvez mais do que muitas outras pessoas, mas acho que sala de aula é a preferência. O professor tem que ficar na sala de aula porque precisamos dos professores, as escolas precisam. Estou me estendendo aqui porque isso era um projeto que estava lá na Secretaria de Educação, e acho que, sim, temos que ter menos CCs, e aproveitar professores na sala de aula, valorizados. Graças a Deus, professores em Porto Alegre são valorizados, ganham bem – que o diga a Professora Sofia – em Porto Alegre, e nós precisamos continuar assim: valorizando os professores, extinguindo CCs desnecessários e cuidando da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 004/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1308/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/17, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de Reais) com instituições bancárias mantidas pelos Governos Estadual e Federal.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLE nº 005/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto que nós estamos agora apreciando é um projeto que eu julgo bastante meritório, porque a Cidade precisa superar alguns gargalos e concluir as obras de mobilidade iniciadas na gestão anterior. Não tenho a menor dúvida da importância do projeto, mas não posso aqui, neste período de discussão, deixar de reconhecer que o Governo tornou o discurso da terra arrasada das finanças confuso e, ao mesmo tempo, contraditório. Como é que uma Prefeitura quebrada, como tem sido apregoado por aí, tem capacidade de endividamento para contratar R\$ 120 milhões em instituições públicas, sejam do Estado ou da União, para concluir essas obras. Eu sinceramente não sei, porque o cidadão, quando ele está quebrado, no SPC e no Serasa, ele não tem crédito na praça. Ele não consegue contratar nenhum recurso, nenhum empréstimo. Então, eu acho que este projeto, como disse inicialmente, é bastante meritório, porque nós vamos, sim, e aí a Câmara vai ter um papel fiscalizador muito importante, ver se esse recurso vai cumprir com a finalidade que está aqui na exposição de motivos e também nos dispositivos do texto legal, se as obras serão concluídas. E também aproveito aqui para fazer um novo questionamento uma vez que as obras que devem ser concluídas a partir da utilização desses recursos estão no projeto, financiar as contrapartidas que são de responsabilidade do Município (Lê.): “Corredor da 3ª Perimetral, Corredor Avenida Tronco, Corredor Voluntários da Pátria, Prolongamento Avenida Severo Dullius, Corredor Avenida Padre Cacique, BRT João Pessoa, BRT Bento Gonçalves, BRT Protásio Alves e Complexo da Rodoviária”. Então, será contratado empréstimo para esta finalidade: a conclusão dessas obras. Aí, o Metro Jornal hoje diz que foi criado um grupo de trabalho que opina por não fazer mais os BRTs em Porto Alegre. Como assim? Pessoal, então vamos votar o empréstimo, mas o Governo tem que ser um pouco mais claro no que realmente quer com os recursos que serão contratados. As dificuldades cotidianas do fluxo de caixa da Prefeitura são conhecidas não só em Porto Alegre, mas em grande parte dos municípios brasileiros, que são vítimas de uma crise que não faz com que se confirmem arrecadações, que faz com que as receitas, Ver. Mauro, sejam cada vez mais minguadas, e a crise política em que vivemos no País, naturalmente, colabora com este momento de dificuldades. Então, uma vez que o Governo anuncia um grupo de trabalho que considera a possibilidade de não mais executar o planejamento previsto para os BRTs e se propõe aqui à contratação de um empréstimo, no mínimo, eu acredito que os nossos Colegas que integram a base do Governo nos devem essas duas explicações. Como disse antes: sou favorável ao projeto, votarei “sim”, mas é preciso que nós, Vereadores, para votarmos de maneira ainda mais tranquila, segura e confortável... Assim como é preciso que a sociedade saiba que esse discurso da crise serve para uma coisa e, na verdade, tem outro papel: como é que uma Prefeitura quebrada contrata R\$ 120 milhões? A sociedade quer ver as obras concluídas e quer circular pelas vias que estejam com as obras prontas. Ninguém

mais suporta esse atraso, mas nós precisamos saber o quanto isso custa e se, de fato, os recursos serão aplicados com essa finalidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLE nº 005/17.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Este é mais um projeto que traz, no mínimo, dois debates para a Câmara. O primeiro deles é sobre as obras intermináveis da Copa e os milhões em dinheiro público que foram usados nessas obras e também nas estruturas temporárias, como no caso do Estado, enfim, também envolvendo a questão das contrapartidas do Município, nesse caso dos R\$ 120 milhões, e a questão das contrapartidas que empresas privadas deveriam ter feito para as obras da Copa, mas não fizeram, como é o caso da OAS e da construção da Arena do Grêmio. Embora não seja o objeto da matéria, é dentro de um debate global e de um balanço do legado da Copa do Mundo no Brasil, em Porto Alegre. Na eleição de 2012, só faltava prometer gol!

No Brasil inteiro foi feita essa discussão, e nós vimos que os estádios foram construídos 95% com dinheiro público, no Brasil inteiro. No caso do estádio de Brasília, o Mané Garrincha, objeto de investigação, foram presos dois governadores e um antigo assessor influente por conta das investigações da Lava Jato, que chegaram até a construção do Mané Garrincha e do superfaturamento das obras daquele estádio.

No Município de Porto Alegre, não houve tanto dinheiro público diretamente, embora tenha havido lei de isenções – nós votamos contra as isenções à época, e, inclusive, se me lembro bem, fomos a única bancada a fazer esse debate sobre a questão da necessidade de cobrar as empreiteiras, em 2010, época em que o Ruas era o nosso Líder do PSOL –, mas tem o caso das contrapartidas da OAS. Nós temos uma ação civil pública, que foi gerada pelo Ministério Público a partir da tentativa da Prefeitura de pegar uma dívida da OAS com a cidade de Porto Alegre para as obras nos bairros Humaitá e Navegantes. Graças à atuação do Ministério Público, essa dívida não foi assumida pela Prefeitura, porque seria um escândalo! Os empreendimentos ali no entorno só saíram ou só deveriam ter saído depois do pagamento das contrapartidas que não foram realizadas. Nós – o Ver. Roberto Robaina, o Ver. Marcantônio e eu, que estava representando o nosso Presidente, o Ver. Dr. Goulart, em nome da CUTHAB – estivemos lá, três semanas atrás, e é um escândalo o impacto na região, o que, obviamente, tem a ver com as contrapartidas não realizadas pela OAS. Nós temos mais de dez obras para serem obrigatoriamente feitas na região, e não foram realizadas. Agora, a OAS está em recuperação judicial, fruto das investigações lá da Lava Jato, que pegaram também outra empreiteira nessas maracutaias. E como fica o povo do Humaitá e do Navegantes, quando perde tudo quando chove?

Segundo, agora o debate das obras específicas. Nós temos um conjunto de seis obras. A trincheira da Anita. Eu lembro bem quando teve a audiência pública lá na Anita. A obra já foi toda paga. Quando houve a audiência, a cidadania era contra a realização da obra, um engenheiro, morador da Região falou: “Tem uma rocha aqui embaixo. Essa obra que vocês estão querendo fazer é impossível, porque o valor será dobrado. Ela só sai com um sei lá caríssimo importado!” O Governo disse que não, que os estudos estavam feitos. Mas a obra está emperrada, porque tinha a tal da rocha e ela, além da demora, fez dobrar o valor da obra! E a cidadania avisou, falou para o Governo na audiência pública! E não foi ouvida. E todo povo de Porto Alegre está pagando essa conta. Tem as notas taquigráficas da audiência pública na Câmara! Basta resgatá-la! Eu...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...polemizar. Foi avisada. Eu estava na audiência pública da Câmara realizada no bairro Anita e foi alertado pela cidadania. O que dobrou o valor da obra, foi justamente a rocha encontrada lá embaixo da Anita Garibaldi. Mas é um conjunto de seis obras que estão dobrando os seus valores. Mais de R\$ 120 milhões foram postos, e há uma contrapartida que está sendo feita mediante endividamento público. Nós achamos que isso é muito complicado, porque, justamente num momento de crise em que o Governo diz que não tem recursos para pagar os salários dos funcionários, e nós estamos combatendo esse discurso, o Governo não manda medidas positivas de geração de receita com a taxaçoão dos mais ricos para garantir uma política que traga mais arrecadação para o Município, que garanta direitos aos servidores e o atendimento da população com o serviço público, não se pode pegar empréstimo de R\$ 120 milhões para pagar empreiteira. Não com o nosso voto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. ADELI SELL: Colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, a Administração Pública Municipal solicita que esta Câmara aprove uma liberação de um possível empréstimo de até R\$ 120 milhões de reais. Nós, que temos acompanhado o dia a dia da cidade de Porto Alegre nos últimos anos, verificamos que todas as Administrações Municipais, Ver. Mauro Pinheiro, solicitaram empréstimos dos mais variados possíveis. O Ver. Airto Ferronato sabe e acompanha isso há anos porque

já foi parecerista em várias ocasiões. Foi assim na administração do Partido dos Trabalhadores, foi assim na época do Fogaça, foi assim na época do Fortunati. Não será diferente agora. Esse é o primeiro de um conjunto de empréstimos que esse atual Prefeito, Nelson Marchezan, vai solicitar. Nós vamos fazer a nossa parte sempre que necessária for, verificando gastos exuberantes, vamos fazer sindicância para ver se o dinheiro foi bem ou mal gasto. Quando nós vimos que, em algumas obras do BRT da Protásio Alves e da João Pessoa, havia a feitura desse trecho e que depois era desmanchado e refeito novamente, nós gritamos, não foi? Nós cobramos, não foi? E assim nós faremos sempre, sistematicamente, não só nas questões das obras. Nós levantamos aqui, várias vezes já neste ano, o número excessivo que havia de carros locados na Prefeitura; o descontrole do serviço terceirizado, especialmente da Cootravipa no DEP, no DMLU, na FASC, etc. e tal, não foi o que falamos várias vezes? Não cobramos aqui? A gente está vendo, inclusive que se abriram recentemente algumas sindicâncias para verificação de gastos, e eu louvo esse procedimento, louvo! Porque assim a gente vai saber se o nosso dinheiro está bem ou mal gasto. Que nós precisamos terminar as obras, é óbvio; o que o Carús colocou aqui também é verdadeiro, não se admite hoje questionar qualquer conclusão de obras. Não tem mais essa de um Governo entrar e não concluir obra do Governo anterior. Obra iniciada tem que ser acabada, não tem discussão. Então, nós temos que terminar o que faltou na João Pessoa, na Bento, na Protásio, e, vou falar mais especificamente, na Tronco. No início do ano, só em janeiro, eu estive com o Secretário Elizandro, com o Secretário Ramiro, com o Diretor do DMLU entre outros, umas três ou quatro vezes, na Tronco, num mês. Porque como a obra não estava concluída, deu uma chuvarada e foi aquela tragédia, aquela balbúrdia, aquela babilônia, aquele caos. Muita coisa que foi feita se desmanchou, porque, afinal de contas, tudo que não é sólido se desmancha no ar; imaginem uma obra malfeita, mal acabada, liquida-se. Como eu vi sábado, Ver. Ferronato, na Restinga, no Condomínio São Guilherme, feito por alguma empresa por aí, em que chove para dentro – tem algum problema. Tem que ser refeito, tem que ser consertado; malfeito, tem que consertar. E assim será a nossa posição, será a nossa postura. Desde o primeiro momento eu disse, e vou enfatizar aqui, que, sim, acho que nós devemos aprovar os R\$ 120 milhões, mas Ver. Moisés Barboza, nós vamos fiscalizar não só as obras que virão, como fiscalizar as passadas, inclusive queremos saber por que algumas não foram efetivamente concluídas; e quanto foi gasto; quanto foi medido e quanto foi pago – e se tiver que abrir sindicância, abra-se, seja em que Secretaria ou Departamento for. Nós queremos tudo em pratos limpos, afinal de contas, estamos tratando de dinheiro público, Ver. Felipe Camozzato, e para isso nós estamos aqui, como Vereadores, mais do que fazer leis, inclusive devemos revogar algumas delas e fiscalizar o Executivo, este é o nosso dever. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje à tarde estou governista e para todos os projetos que são bons para a Cidade, Ver. Janta, Líder do Governo, nós temos a obrigação de ser governistas, porque somos cidadãos de Porto Alegre. Acho que este projeto e este crédito, Ver. Carús, que a cidade de Porto Alegre tem, lembro que vem de vários anos atrás, quando o Prefeito Fogaça conseguiu transformar uma maré vermelha, que vinha das administrações anteriores do PT, a maré vermelha, de tão vermelho que estavam as contas, e transformar em resultado positivo, Ver. Cassiá Carpes. V. Exa., que foi meu colega de secretariado, lembra muito bem dessa cruzada que o Prefeito Fogaça fez para que a cidade de Porto Alegre voltasse a ter capacidade de pedir empréstimo. E eu fico feliz que o Prefeito Marchezan esteja encaminhando esse projeto para cá e esteja trabalhando nesse empréstimo para terminar obras da Cidade, obras já iniciadas que não foram concluídas por muitas razões, mas que a Administração atual quer terminar. E nós, Ver. Ferronato, queremos que terminem essas obras. Até dou alguma sugestão: para a obra da Ceará, eu pegaria esse dinheiro, o primeiro, e faria isso, porque isso não só é para a população de Porto Alegre como para a população que vem para Porto Alegre, que, quando chega na Cidade, chega pela Ceará. Essa é uma obra que nós precisamos urgentemente que seja terminada, concluída.

E eu agora, além de ser governista na tarde de hoje, também sou bairrista, porque eu estou querendo esse empréstimo com urgência para terminar aquela passagem da Av. Cristóvão Colombo, onde eu moro. Vão dizer: “Mas está legislando em causa própria?” Não, eu estou fazendo uma defesa daquela passagem que grande parte da Zona Norte vai usar, assim como usa a Anita Garibaldi. Então esse empréstimo não só tem meu apoio como meu entusiasmo, e, se eu puder ir lá na frente do banco fazer uma corrente para que saia logo esse empréstimo, eu vou fazer.

Também me cabe aqui, Ver. Mauro Zacher – V. Exa. foi Secretário da SMOV no Governo findo no dia 31 –, dizer para a Ver.^a Fernanda que não é bem assim como diria o meu colega Ferronato – não é bem assim! A tal pedra da Anita Garibaldi, que foi descoberta depois de iniciadas as obras, a empresa não recebeu o tal de aditivo como queria. Foi tirada essa empresa e colocada outra. E aquela verdadeira montanha de pedras se transformou em uma pedra que a nova empresa conseguiu destruir, já que não era refratária, esfarelar a pedra, sem muita tecnologia importada, não é isso, Ver. Mauro Zacher? Uma tecnologia que existia e foi bem usada para fazer isso.

A Av. Severo Dullius é outra obra importantíssima para desafogar a Av. Sertório. As cidades de Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, e uma grande parte da Zona Norte, passa pela Av. Sertório para sair em direção à Canoas. Isso vai desafogar muito, inclusive a chegada em Porto Alegre, de quem vem pela Av. Severo Dullius. Então, só essas duas ou três obras – já que alguém falou da Vila Tronco, foi o Ver. Adeli Sell. Acho que todas as obras iniciadas são importantes. Falei das obras da Zona Norte porque as conheço e sei da dificuldade que elas fazem e prestam durante sua execução. Após o término dessas obras nós teremos muito que comemorar. Então, vamos votar favoravelmente a este projeto, vamos vota a favor da cidade de Porto Alegre, vamos

votar a favor das iniciativas, que sejam boas para a Cidade e para os cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde senhores. Longe de mim querer fazer qualquer fala mais professoral, mas acho um tema muito importante esse empréstimo financeiro para o Município de Porto Alegre, especialmente neste momento delicado das finanças, mas, trazendo um pouco do meu conhecimento de administração e finanças, é importante destacarmos a diferença entre fluxo de caixa e endividamento. O fluxo de caixa diz respeito aos recursos que precisamos a curto prazo. O problema financeiro de Porto Alegre é de fluxo de caixa. Endividamento diz respeito a obrigações de médio e longo prazo; portanto, não necessariamente compromete o fluxo de caixa que é necessário para cumprir com as obrigações, ou seja, quando estamos falando sobre empréstimo financeiro, estamos falando sobre empréstimo financeiro, estamos falando sobre endividamento, sobre obrigações de longo prazo. Ou seja, não estamos falando sobre dificultar o pagamento de contas de curto prazo, como são os salários, como são as despesas do dia a dia da Prefeitura. Estamos falando, sim, numa obrigação de longo prazo que pode ser contratada, inclusive, a juros menores do que usualmente é o juro de fluxo de caixa, que os bancos liberam. E, portanto, aplicado em investimento, tende a render positivamente para o Município. Geralmente, operações seguras de financiamento são justamente aquelas que visam emprestar dinheiro para investimentos e não para cobrir despesas correntes, nesse sentido ainda que eu ache muito importante a gente trazer esse debate sobre aumento de despesas, de endividamento, de empréstimos. Parece-me saudável a gente utilizar desse empréstimo de R\$ 120 milhões para finalizar obras que, nesta atual momento, com elas paradas, nos custam muito caro, uma vez que elas depreciam, geram uma inflação que tem que ser paga, aí sim o fluxo de caixa é prejudicado, porque o contrato, dado a lei de licitações, exige reajuste inflacionário ano a ano.

Mas eu quero aproveitar o momento também para fazer uma crítica ao nosso modelo de contratação de obras, e aí não é algo que esteja no escopo deste Governo e, talvez, até tenha sido alguma coisa que tenha vindo de governos anteriores, não só do último Prefeito, mas de outros prefeitos. É uma coisa meio intrínseca da realidade brasileira: a gente contrata obra de uma maneira muito ruim para os pagadores de impostos. Geralmente a gente contrata um projeto de uma parte, contrata a execução de outra, e quando dá algum problema no projeto, o pagador de impostos é chamada a onerar esse recurso faltante, existe aumento de valor de obra, dá superfaturamento, enfim, além disso, a gente não tem seguro de obras públicas, uma coisa que no exterior é muito comum, *security bonds*, onde, qualquer coisa que saia fora daquilo que foi

contratado, o seguro é acionado, portanto o pagador de impostos não recebe, não tem que desembolsar mais dinheiro para aportar em obras não concluídas.

E aqui até deixo uma sugestão – imagino que a Secretaria de Parcerias Estratégicas já esteja trabalhando no assunto – de que parcerias e execução de obras futuras sejam feitas de forma que a gente chame projetos da iniciativa privada e a iniciativa privada assuma o risco por projetos mal realizados, ou seja, se, numa passagem de nível, um projeto não foi pensado numa pedra que está lá, a empresa que ganhou a contratação se responsabiliza por remover aquela pedra e por fazer o que quer que seja do custo daquilo ali, não é o pagador de impostos que vai bancar aquilo. Então, isso é um modelo diferente, é um modelo até um pouco mais moderno, que a gente vê começando a vigorar no exterior e que a gente poderia começar a adotar aqui também em nossa Cidade. Eu, pessoalmente, preferiria modelos até mais disruptivos, aí nem vou discutir a questão de legalidade ou não disso, mas a título de *breainstorming*, de dar ideias, eu preferiria um modelo em que, numa eventual falta de recursos para executar uma passagem de nível, a gente pudesse convidar a iniciativa privada a executar com seu próprio recurso, ficar com uma concessão de 10 a 20 anos sobre aquela obra e cobrar um pedágio urbano de R\$ 0,50 ou R\$ 0,25 por passagem, R\$ 1,00 a passagem, e assumir o risco do custo daquela obra. Ou então, eventualmente até uma concessão de espaço de publicidade dentro do próprio empreendimento. Enfim, são modelos alternativos, e, num momento de crise, é bom exercitarmos a criatividade para ver como a gente pode se sair onerando, o mínimo possível, o pagador de impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu acho que é bom deixar bem claro aqui, porque, às vezes, o cidadão pode estar do lado de lá se perguntando: por que a Câmara quer aprovar financiamento para o Prefeito Municipal? Essa é a atribuição desta Casa, por isso ela fiscaliza, por isso ela tem condições de aperfeiçoar, melhorar qualquer tipo de projeto, não pode exigir que o Governo faça, porque é o Legislativo, mas pode fiscalizar. Naturalmente o Ver. Cecchim se referiu, naquela oportunidade em que fomos, Ver. João Bosco, Secretários do Município – no meu caso, Secretário de Obras –, à 3ª Perimetral, que estava parada, porque a Prefeitura, naquela oportunidade, não tinha condições, Ver. Zacher, de fazer a contrapartida, não tinha dinheiro. Portanto o que nós estamos fazendo aqui é uma contrapartida, um financiamento que vai fazer a Prefeitura pagar a parte dela em relação a essas obras que estão paradas em Porto Alegre. Então, nós temos que entender esse raciocínio, essa é a atribuição, essa é a prerrogativa desta Casa. Se for um financiamento internacional, a prerrogativa é do Senado Federal. Isso é bom deixar bem claro, nós estamos dentro das nossas atribuições; quem fiscaliza o Executivo é o

Legislativo, embora, muitas vezes aqui, o Ver. Ferronato hoje estava dizendo, e eu quero confessar que estranho algumas posições em relação a outras vezes em que estive aqui, Ver. Pujol. Naquela oportunidade parece que tínhamos mais prerrogativas, nós tínhamos mais força, mais independência, mais autonomia. Desta vez alguns aspectos nos tiram um pouco a autonomia, seja para fazer leis, para fiscalizar ou para adaptar leis, aqui no Parlamento. Sempre aprendi na democracia que o Parlamento é soberano, e, muitas vezes, aqui nós estamos perdendo a soberania deste Parlamento, e fortalecendo demais, por exemplo, a CCJ. Ela tem as suas atribuições bem claras: é constitucional ou é inconstitucional, mas ela não pode tirar o poder da soberania do plenário. E é o que nós estamos fazendo hoje aqui.

Nesse aspecto, para complementar este projeto, numa reunião junto com meus colegas e minha Líder, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Matheus Ayres, Ver. João Carlos Nedel, sugeri que fizéssemos uma emenda, que só pode ser feita nessa ocasião, por Liderança, portanto, pela nossa Líder, Ver.^a Mônica Leal. Por isso fizemos, para que tenhamos um controle do cronograma de desembolso e, por fim, para que tenhamos um demonstrativo dos recursos efetivamente desembolsados, porque o que não é efetivamente feito não tem existência. Automaticamente esta Casa ficará debruçada neste aspecto em cima de cronograma de desembolso e demonstrativo de recursos efetivados. Isso é bom para todos nós. Então, essa emenda é ideia deste Vereador, mas aceita pela nossa Líder, que protocolou com o objetivo de ajudar a todos nós, para que tenhamos conhecimento, para que tenhamos acompanhamento dessas obras.

Portanto, este aspecto é fundamental: as obras são necessárias, a Cidade precisa dessa contrapartida, o Prefeito precisa fazer a sua administração legítima, apoiado pela população. Não vamos olhar para trás, não vale; temos que olhar para frente. Essas obras têm que ser concluídas, portanto temos que admitir que essa é a nossa prerrogativa: vamos dar condições à Prefeitura de legitimar essas obras tão necessárias para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu resolvi me inscrever para falar sobre o assunto desde a primeira exposição apresentada pelo Ver. Carús. E a conclusão de obras do Município de Porto Alegre vem, desde 1989, na obrigatoriedade da execução, consta da Lei Orgânica, e foi proposta minha: que obra inacabada no Governo precisa ser concluída. Naquela época, tinha aquela velha história de desperdício de recurso público, se começava e não se concluía. Foi um parêntese.

Aqui nós estamos votando, já foi falado por diversas vezes, uma autorização de empréstimo para a contrapartida das obras inacabadas do Município de Porto Alegre. E se há dificuldade financeira, como o Vereador, apropriadamente, falou, por outro

lado, existe a possibilidade, há a possibilidade para a tomada de empréstimos no Município de Porto Alegre pelo percentual receita versus endividamento. Vossa Excelência sabe disso assim como eu. Se por um lado há necessidade de acabar as obras, por outro lado, temos a capacidade de tomada de empréstimos, e a questão é puramente fluxo de caixas, vamos aprovar o empréstimo, que isso, na verdade, contribui sim com as expectativas dos cidadãos e cidadãs aqui da nossa Cidade. Portanto, muito rapidamente, era isso que eu queria registrar, dizer da importância da aprovação desse empréstimo para a conclusão das obras aqui na cidade de Porto Alegre. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Bem, nós vamos votar contra esse empréstimo, e o Sr. Nedel devia respeitar a oposição, embora o senhor seja de um partido do Governo. E mesmo sendo de um partido do Governo, vocês são obrigados a apresentar emendas, são as emendas da Bancada do PP. A própria existência dessas emendas demonstra que não há um controle público efetivo sobre a utilização dos recursos que o Governo Marchezan quer obter com esse empréstimo, tanto que o PP, que tem a Vice-Prefeitura, que administra e administrou durante anos a FASC, que administrou durante anos o DEP, portanto tem experiências nas administrações anteriores, quer que a Câmara tenha mais poder de controle sobre esses recursos porque efetivamente a proposta que o Governo está apresentando não dá o poder para a Câmara realmente controlar. Como é o quadro em Porto Alegre; o quadro financeiro em Porto Alegre não está sendo controlado. Eu tenho, desde o início do ano, levantado, por exemplo, o tema da CPI do DEP, que não é um problema menor. Eu sustento que uma CPI bem realizada pode significar recuperar recursos públicos. Este ano, para não falar do passado, eu suspeito que a Prefeitura deve ter empenhado mais de 20 milhões com empresas irregulares, que prestam serviço para o Município de Porto Alegre. Eu sustento e quero ter uma CPI para demonstrar isso. Então, há recursos públicos que têm sido desperdiçados na atual administração. A Fernanda está fazendo um pedido de uma CPI da FASC, então os Vereadores que querem zelar pela coisa pública poderiam começar apoiando que haja, de fato, uma investigação sobre os recursos públicos, de como eles estão sendo usados, se estão sendo usados devidamente ou não. Segundo, nós temos apresentado que é necessária uma política de receita. Tem que ter aumento de receita. O Governo, pelo que eu saiba, até agora não encaminhou nenhuma proposta real, embora tenha falado isso no início do Governo, nenhuma proposta de atualização do valor venal dos imóveis. Nós, com a atualização venal dos imóveis, mesmo reduzindo a alíquota dos setores mais empobrecidos e da classe média... E teria que reduzir a alíquota, porque a atualização venal dos imóveis de Porto Alegre não são feitas desde 1992, os técnicos da própria Prefeitura dizem que, se for feita a atualização,

o percentual aumentado pode chegar a 500%, 600%, então é lógico que a atualização dos imóveis exige a redução brusca da alíquota para a classe média, para a classe trabalhadora, mas ela permite, em contrapartida, se a Prefeitura quiser, que haja de fato IPTU progressivo, e os imóveis dos milionários da Cidade possam pagar uma carga tributária superior. Isso pode nos permitir desses R\$ 120 milhões ou até mais de aumento das receitas no Município de Porto Alegre. Mas não se discute isso; querem que a Câmara simplesmente vote um aumento do endividamento da Cidade que não altera o fluxo de caixa hoje, mas altera amanhã. Então é lógico, e há debate sobre a importância das obras, há muitas obras necessárias em Porto Alegre, investimento em saúde, em segurança. As carências são enormes em Porto Alegre. O que nós estamos contestando é que não há transparência na administração dos recursos públicos. Isso nós temos dito na Câmara de Vereadores. Tanto temos dito isso que são da Bancada do PSOL dois pedidos de CPI. Eu tenho vindo nesta tribuna e dito de modo reiterado que há recursos públicos que estão sendo destinados para empresas irregulares. Isso demanda uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação e, quem sabe, oxalá, se possa recuperar esses recursos públicos que hoje estão sendo desviados. E aí o Governo quer que a gente vote um empréstimo de R\$ 120 milhões. Não! Nós somos da oposição...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: ...e como tal vamos votar. Eu sei que, por exemplo, o Valter, muitas vezes, se diz independente, mas nas questões fundamentais realmente vota com o Marchezan. Nós somos diferentes do PMDB neste caso. Não estamos buscando e pleiteando negociação nenhuma. E eu falo isso para que o Valter tenha mais respeito com quem está na tribuna. Ainda mais, estando na Mesa, é bom não interromper os oradores, porque é assim que funciona quando se está na Mesa, se fica quieto; se usa a palavra aqui na tribuna. Por que estamos colocando isso? Porque é uma necessidade de Porto Alegre controlar as finanças públicas. E simplesmente dar um cheque em branco, quando não se sabe sequer o banco que vai ser o credor da Cidade ou as taxas de juros que serão cobradas, não é do feitio do PSOL. O PSOL não vai aceitar o aumento do endividamento da Cidade que vai fazer com que o fluxo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Prezados Vereadores e Vereadoras, quero concordar com quem disse aqui que se habilitar a empréstimo é um demonstrativo da saúde financeira da Prefeitura de Porto Alegre. O Ver. André Carús afirmou isso. Nós vimos afirmando que essa crise não é estrutural, é uma crise pontual, é uma crise solucionável, não aceitamos a artificialização muitas vezes das contas. Eu verificava agora o gráfico, depois a Juliana vai conseguir passar e no encaminhamento eu vou mostrar para vocês, do controle, pelo menos, Ver. Roberto Robaina, que está no *site* transparência do que é a receita, despesa – e nós vamos ver isso. Dados do Governo. Mas eu quero então dizer que – o Ver. Adeli Sell falou e nós também – nós criticamos demais as obras paradas, o Ver. Mauro Zacher sabe disso, a cidade está sofrendo com isso, falo em especial à Av. Tronco, não é quem está transitando de automóvel, é a Av. Tronco, onde as pessoas estão dentro do lodo, dentro do esgoto, convivendo com lixo, com entulho, enfim. Falo das duas mil famílias em aluguel social cujas obras das moradias encaminhadas no Minha Casa, Minha Vida não se conseguiu que fossem construídas. Inclusive agora tem um pente-fino do Governo Marchezan nos pobres, questionando por que esses pobres estão no aluguel social, Ver. João Carlos Nedel. Bom, é um problema de gestão seriíssimo, queimou a Vila Liberdade, tiraram as pessoas da Av. Tronco com aluguel social, tiraram outras pessoas não sei de onde, enfim, para as obras andarem. Portanto, precisam concluir as obras. Precisam, principalmente para quem precisa morar e viver bem. Não é só para os carros, automóveis – não é, Ver. Marcelo Sgarbossa? – andarem bem na cidade, mas principalmente porque essas obras desacomodaram muitas pessoas.

Eu estou aqui mostrando porque os caderninhos do OP, vocês vão ver que daqui a pouco vem uma capa de um OP, estão ali com milhares de obras reprimidas, o Ver. Cláudio Janta me dizia que estão buscando recursos em outro financiamento, e eu gostaria de, em breve, saber. Porque está aqui a página do Orçamento 2014/2015. Quarou o Plano de Investimentos 2014/2015, onde os moradores da Av. Bernardino Silveira Amorim – importantíssima via lá da Zona Norte que liga Alvorada a Porto Alegre, tem todo o trânsito, sete dias depois, isso era domingo de manhã, quando ainda tinha sol e calor, depois, às 14h, começou a chover. Domingo de manhã estava assim, esse é o pátio de uma casa! E depois vocês vão ver trechos da parada de ônibus. Sete dias depois, nós estamos com os bueiros todos entupidos, nós não estamos com obra de saneamento. Imaginem quando começou a chover de tarde! E o Leandro me chamou na feira da Santa Rosa. Eu estava lá prestando conta dos seis meses de mandato, conversando com a população e vendo os temas que eu tinha responsabilidade de encaminhar – olhem ali, ele colocou uma bomba no pátio dele, e é na Bernardino, quase aqui no CAR. Vocês sabem que é bem aqui na ponta. Porque eles foram ao Orçamento Participativo, conquistaram R\$ 1,4 milhão para obra de saneamento naquela região em 2014, e essa é uma obra prioritária. É a vida das pessoas, é o desespero das pessoas. A Dona Terezinha, da padaria na frente, cruzou a rua e me perguntou: é a imprensa? E eu disse: “Não, não é a imprensa, sou a Ver.^a Sofia”. Enfim, mas isso aqui é um escândalo! Nas paradas de ônibus, a via, não dá muito para ver, está toda esburacada, por óbvio, está sempre com água ali.

Então nós vamos aprovar esse financiamento, nós temos diferenças aí, Ver. Robaina, nós achamos que sim. Nós afirmamos aqui desde janeiro que a Cidade tem capacidade de endividamento, óbvio que tem que ser criteriosa, mas tem condição, sim, de implementar pontualmente, terminar as obras, tem capacidade. Mas nós precisamos enxergar boa gestão e prioridade para quem vive dentro da água, dentro do esgoto, com sérios problemas de saneamento.

A nossa Cidade está dramática. Cada chuva é um drama para as pessoas, para as moradias, para as vias que vão se destruindo, porque todo o investimento que há nas vias vai se destruindo com a água acumulada. Hoje a cidade de Porto Alegre tem buraco por toda a cidade, é algo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Fica aqui o meu registro de que a nossa Bancada vota mais uma vez com o Governo Marchezan, Ver. Moisés – mais uma vez –, confiando que as obras do Orçamento Participativo, que lamentavelmente tiveram as plenárias deste ano suspensas... E também acho que seria muito importante para um Governo novo mostrar o passivo que recebeu. Isso é educativo, é pedagógico, é didático, porque o exercício da cidadania no Orçamento Participativo é para isso, é para aprender a cidade, então deveria ter sido feito isso, apresentar o passivo, apresentar as dificuldades e quais seriam as metas. Quais são as metas e qual é a forma de gestão, porque a gente não quer é que se confisque do funcionário, que se oprima o funcionário, que se assedie o funcionário, mas que se gere receita e que se gere capacidade de trabalho, que é o que a gente está votando neste momento.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando este projeto de lei iniciou sua tramitação, na discussão preliminar de Pauta, eu manifestei minha solidariedade concitando a Casa a dar prioridade na votação deste projeto. Sinto, para minha alegria, que meu apelo não foi em vão: em 12 de junho, prolatado pelo Ver. Luciano Marcantônio, a Comissão de Constituição e Justiça conhecia sua manifestação, e já no dia posterior, ou seja, há menos de uma semana, votava por unanimidade e ensinava que as negociações anteriores da vinda da matéria para o plenário em regime especial fosse assegurada, porque era pressuposto que a Comissão de Constituição e Justiça votasse, e com seu parecer ensinasse regimentalmente que pudéssemos estar, já no dia de hoje, discutindo e aprovando essa matéria. Eu digo “e aprovando”, porque a Ver.^a Sofia, do Partido dos Trabalhadores, de

passagem, citou um fato que é absolutamente básico no exame da situação do Município de Porto Alegre, meu caro Vereador e Líder do PDT, Mauro Zacher, V. Exa. que foi até pouco tempo Secretário Municipal de Obras e Viação sabe perfeitamente bem que o problema de Porto Alegre é conjuntural e não estrutural, e a conjuntura se explica na própria conjuntura brasileira, que é negativa. Por isso eu vejo a liderança do PSOL e quero salientar um aspecto muito especial que vejo na aprovação desta matéria e na consumação desse empréstimo. Esse empréstimo tem o condão de fazer com que, sendo liberado outro recurso capaz de ensejar que, num curtíssimo prazo, Porto Alegre tenha R\$ 500 milhões disponibilizados para a conclusão das obras aqui estabelecidas, entre as quais a tão esperada conclusão do corredor da Av. Tronco, que é uma via importantíssima para o município de Porto Alegre e que se encontra bem adiantada, mas longe de ser concluída. Por isso, Sr. Presidente, Srs Vereadores, eu venho à tribuna, não com o propósito de convencer quem quer que seja, ou influenciar o voto de um ou de outro colega. Porque aqui nós temos homens e mulheres com cabeça suficiente para saber o que importa, o que não importa para o desenvolvimento da Cidade. E esse empréstimo importa e muito. Espero que seja o primeiro de uma série; espero que o Município de Porto Alegre aproveite a sua capacidade de endividamento, e que vá, inclusive, Ver.^a Sofia, buscar recursos para as obras de saneamento que, lamentavelmente, não ocorre nesta Cidade há muito tempo. E não cabe aqui responsabilizar quem quer que seja. O que passou, passou; águas passadas não movem moinho, vamos tratar do presente e do futuro. Bravo, Prefeito Marchezan, eu digo a V. Exa. antes de começar o seu mandato: às coisas boas desta Cidade, V. Exa. estará favorável e estará batalhando por elas. É o caso concreto. Vamos logo, vamos aprovar essa matéria que já deveríamos ter aprovado antes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 005/17.

O SR. MAURO ZACHER: Caros colegas Vereadores, vou tentar aqui no tempo dos 5 minutos, da maneira mais objetiva, porque o tema é polêmico e merecia um bom debate. Talvez lembrando um pouco, porque já faz alguns anos que nós discutimos esse tema e por que o Governo tomou essas decisões, lá no passado, em 2011, 2012. Mas neste momento em que nós vamos votar, é um projeto de lei que autoriza o Governo atual a tomar empréstimo de R\$ 120 milhões, para que possa então finalizar obras já iniciadas, ou obras que ainda terão que ser iniciadas, não só em obras, mas também em desapropriações necessárias, caras, para que possam ser executadas, finalizadas essas obras extremamente importantes. Faço apenas uma ressalva. Também tramita na Casa um outro projeto de lei, ao qual nós daremos um tratamento diferenciado ao pagamento de outros credores. Nós temos aí dois projetos com duas alternativas. Neste momento, o Prefeito opta, opta o Governo, e aí tem um termo inglês muito usado nessa situação – *trade-off* – é a decisão que o Governo toma; poderia usar

outros mecanismos como renegociar, rescindir contrato e licitar de novo, opta por financiar. É uma decisão de Governo, e eu respeito. Acho que talvez essa, inclusive, seja melhor. Não conheço, neste momento, qual a situação em que se encontra. O fato é que há recursos a serem aportados nessas obras e recursos necessários para que sejam, então, desapropriadas áreas para que sejam finalizadas essas obras. Então, isso é o que nós vamos votar hoje. Nós vamos, eu acho que o PDT deve votar a favor.

Agora, é importante relembrar 2011, 2010, nós todos vivemos aquele processo, o período pré-Copa, recursos disponíveis, juros extremamente atrativos e prazos e carências extremamente dilatados. E vamos recordar aqui que as outras Capitais que participaram da Copa do Mundo, só com exceção de Porto Alegre, todas elas foram lá, pegaram esses recursos e o que fizeram? Fizeram estádios de futebol, muito bem aqui lembrado pela Ver.^a Fernanda Melchionna e os Vereadores que me antecederam, e estão pagando hoje seus estádios, muitos deles, inclusive, alvos de investigação e alguns deles sequer usados para o fim foram. Nós aqui, diferentemente, o que fizemos? O Gigante da Beira-Rio, a Arena tiveram por nossa parte incentivos fiscais para que pudessem trabalhar o Estádio dos Eucaliptos, para que pudessem trabalhar o Estádio Olímpico Monumental e erguer, com as suas parcerias privadas, os seus estádios. E o que fizeram o Prefeito Fortunati e o Prefeito Fogaça? Ora, eu não levarei estes recursos, R\$ 1 bilhão que foi usado, R\$ 1,5 bilhão para se terminar o Maracanã e outros, eu gostaria de que Porto Alegre também fosse recompensada. E fomos contemplados com mais de 14 grandes obras de mobilidade, 14 obras importantes, necessárias e que estavam há mais de 30, 40 anos gravadas no planejamento da Cidade e não havia o recurso para sair. Quero lembrar algumas, como a Av. Edvaldo Pereira Paiva, aqui a Av. Beira Rio; os viadutos da rodoviária e da Av. Bento Gonçalves, os corredores, a Av. Severo Dullius, que ainda não está finalizada, obras extremamente relevantes. Então, eu quero citar isso, porque eu acho que esta Casa realmente tem que se deter nesse assunto, e eu quero falar sobre duas coisas extremamente relevantes – o Ver. Carús falava sobre este assunto. Se lá no passado não tivéssemos sido tão pressionados pela opinião pública, que rechaçou o RDC – Ver. Cassio, tu eras secretário –, dizendo que esse modelo seria a porteira para a corrupção, e adotamos aqui em Porto Alegre, diferentemente de outras capitais, a Lei nº 8.666, talvez pudéssemos ter feito aquilo que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. MAURO ZACHER: ...por falta de conhecimento, o RDC permitiria que o cidadão que ganhasse a obra pudesse fazer o projeto e executar. A Lei nº 8.666 não permite isso, meu querido Vereador, quero lhe dar essa informação: quem faz o projeto não executa a obra. Também acho pouco provável e exequível fazer obras de infraestrutura extremamente relevantes para a Cidade com venda de painéis de publicidade. Nós estamos falando de obras importantes, nós estamos tratando de

assunto sério, obras para o futuro da Cidade. Também não devemos taxar o cidadão! Desculpem-me, eu sou a favor de soluções de inovações, de criatividade – contem comigo –, mas acho que temos que discutir com um pouco mais de conhecimento, senão trazemos para a tribuna um debate que desvaloriza a importância do assunto, da necessidade que a Cidade tem não só de concluir essas obras, mas de atrair mais recursos, mais investimento. Aqui foi trazida a necessidade de fazer as obras no entorno da Arena, Ver. Cassio, de cobrar da OAS, assim como as obras da Zona Sul – a Av. Edgar Pires de Castro e outras obras importantes.

Então, quero finalizar dizendo o seguinte, Ver.^a Fernanda Melchionna: não é verdade que obras dobraram de valor. V. Exa. está mal informada, quero fazer esse debate, porque sei que V. Exa. gosta da verdade. Aliás, foi falado aqui em transparência; se tem algo que nos orgulha, do nosso Governo, é falar que nós ganhamos nota 10 do mesmo Ministério Público Federal que investiga a Lava Jato; também ganhamos, do Tribunal de Contas do Estado, a cidade com maior transparência, por dois anos consecutivos. Então foi possível realmente finalizar, não finalizamos todos, mas eu tenho certeza de que a Cidade merece e terá, por parte deste Governo, toda prioridade, para que possamos finalizar essas obras tão importantes para a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 005/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLE nº 005/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLE nº 005/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h45min.)

* * * * *